

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PHILIPPE HENRIQUE TEIXEIRA DO EGITO

**OLHARES DA MAÇONARIA SOBRE A EDUCAÇÃO NO
BRASIL**

**JOÃO PESSOA/PB
OUTUBRO/2011**

PHILIPPE HENRIQUE TEIXEIRA DO EGITO

**OLHARES DA MAÇONARIA SOBRE A EDUCAÇÃO
NO BRASIL**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Engler Cury

João Pessoa – PB
Outubro 2011

PHILIPPE HENRIQUE TEIXEIRA DO EGITO

**OLHARES DA MAÇONARIA SOBRE A EDUCAÇÃO
NO BRASIL**

Avaliado em ____/____/2011, com conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Cláudia Engler Cury
PPGE-UEPB
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Serioja Cordeiro Mariano
PPGH-UEPB
(Examinador Externo)

Prof^a. Dr^a. Solange Rocha
PPGH-UEPB
(Examinador Externo Suplente)

Prof^a. Dr^a. Mauricéia Ananias
PPGE-UEPB
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa
PPGE-UEPB
(Examinador Interno Suplente)

**Dedico este trabalho a toda minha família,
pois estando ela perto ou longe sempre foi o
porto seguro em que pude me apoiar e
consolidar este trabalho.**

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar ao G.:A.:D.:U.:., pois sem Ele nada é possível e, em seguida, aos meus familiares, pois sem eles não teria chegado tão longe. Todos eles, sem exceção, tiveram a disposição de compreender as dificuldades, de amparar nos momentos de aflição e também de ajudar nos momentos em que precisei.

Aos meus amigos da vida acadêmica e da pessoal, por estarem ao meu lado em todos os momentos, sendo leitores, críticos e dando toda a ajuda possível a essa dissertação. Em especial a minha tia Jacy Caju por ter feito a revisão do meu trabalho.

De uma maneira muito especial à minha orientadora Prof^a Dr^a Cláudia Engler Cury, pela paciência em explorar junto comigo um assunto tão novo, a dedicação por fazer as diversas leituras nos meus textos e o carinho com que ela acompanhou o desenvolvimento do meu trabalho.

Agradeço ao projeto REUNI – Reestruturação Universitária – por ter concedido a bolsa de Mestrado, sem a qual este trabalho não poderia ter sido realizado.

Sou grato, em particular, ao Maçom Arnaud Paiva, pela bondade e presteza com que me atendeu nas minhas caminhadas diárias até o arquivo da Loja Maçônica Padre Azevedo. Ao Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil – Paraíba: Sr. Aderaldo Pereira de Oliveira, por ser um grande incentivador do meu trabalho e das pesquisas sobre a Maçonaria. E também ao Maçom Graciano Cabral pelo exemplo de intelectual, de maçom e de pai. Não poderia deixar de citar também o Maçom e tio Getúlio Valézio do Egito, por ter me convidado a fazer parte da maçonaria.

Finalizando, gostaria de agradecer a minha companheira Inaée Porto, por ter me dado sempre tanta força nos momentos em que mais precisei. Naqueles em que a impaciência me rondava, ela sempre me acalmava com uma frase bem colocada, corrigindo meus textos e me ajudando com o inglês.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a temática das interfaces entre a história da Maçonaria e suas ações e preceitos acerca da educação. Iniciamos com um breve histórico da Maçonaria indicando a primeira experiência educacional que se tem notícia – uma escola para meninas na Inglaterra; em seguida traçamos o perfil da Maçonaria no Brasil tendo como foco central as ideias sobre instrução, veiculadas pela imprensa oitocentista, e as propostas educacionais elaboradas por Rui Barbosa com as possíveis articulações com o ideário maçônico no Brasil. Por fim, analisamos a Escola Padre Azevedo, criada em João Pessoa, em 1957, como uma espécie de modelo paraibano de atuação da Maçonaria na educação. A Escola fundada e mantida pela Maçonaria, por entidades públicas e por doações de particulares foi estudada por meio da leitura das atas das sessões da Loja Maçônica que nos permitiram apreender as discussões engendradas dentro da Loja acerca do cotidiano escolar.

Palavras-chave: Maçonaria. Educação. Escola Padre Azevedo.

ABSTRACT

This dissertation had as its object of study the thematic of the interfaces between Freemasonry history and its actions and precepts on education. The research began with a brief history of the Freemasonry, which revealed its first ever known educational experience: a school for girls in England. Then a profile of the Freemasonry was built mainly from the central ideas about the teaching they conducted, which gained the interest of the eighteenth century media and therefore also gained print. Another factor that contributed to constructing this profile were the propositions made by Rui Barbosa, which were weighed against the Masonic ideal in Brazil at the time. Finally, Padre Azevedo School was analysed. This school was founded in João Pessoa in 1957, marking the presence of the Freemasonry on education in the state of Paraíba. The school founded and maintained partly by the Masonry, partly by public entities and private donations was studied through thorough readings of the Masonic Lodge's session records that enabled discussions around the school routines yielded within the Lodge to be gathered.

Keywords: Freemasonry, Education, Padre Azevedo School.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 “ABERTURA DOS TRABALHOS”	5
1.1 Maçonaria e educação um novo caminho	9
1.2 Breve História da Maçonaria	10
1.3 A Royal Masonic School for Girls.....	17
CAPÍTULO 2 – AS PROPOSIÇÕES E AÇÕES DA MAÇONARIA NO BRASIL	21
2. 1 Olhares da Maçonaria sobre a Educação no Brasil nos periódicos do Oitocentos.....	22
2.2 Rui Barbosa e a Maçonaria	34
2.3 Rui Barbosa e suas propostas educacionais	36
2.3.1 As propostas de Rui Barbosa acerca da reorganização dos graus de ensino.....	37
CAPÍTULO 3 - ESCOLA PADRE AZEVEDO – UM MODELO PARAIBANO DE AÇÃO DA MAÇONARIA NA EDUCAÇÃO	44
3.1 A Fundação da Loja Padre Azevedo	47
3.2 A Escola Padre Azevedo	48
“ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS”	78
FONTES	80
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICES	84
Apêndice I	84
Apêndice II.....	85

CAPÍTULO 1 “ABERTURA DOS TRABALHOS”

O presente estudo tem o objetivo de contribuir com as pesquisas na área da história da educação, mais precisamente no nosso caso, sobre as interfaces entre a Maçonaria e suas concepções ou contribuições para a educação, trabalhando para entender como se deu esse processo, quem foram seus principais atores e entender como funcionavam algumas instituições educacionais mantidas por essa Ordem¹.

Essas indagações sobre a ligação da Maçonaria com a Educação surgiram a partir de observações feitas ao longo da minha caminhada na Ordem, quando do meu ingresso em 03 de fevereiro de 2007. Por isso, o nome desse primeiro capítulo “Abertura dos trabalhos”, já que é assim que sempre se inicia uma sessão maçônica.

Para esta pesquisa utilizamos como fontes os livros, as atas, as leis maçônicas e não maçônicas das sessões da Loja Maçônica Padre Azevedo e em todos os arquivos que estiveram à disposição, como foi o caso do Arquivo do Grande Oriente do Brasil localizado na cidade de João Pessoa, Paraíba; do Arquivo do Grande Oriente do Estado de Pernambuco; da Fundação Casa de Rui Barbosa; do Palácio² do Lavradio no Rio de Janeiro; Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional na cidade do Rio de Janeiro e nos arquivos disponíveis sobre a Escola do Padre Azevedo na cidade de João Pessoa. Além disso, foram realizadas leituras da historiografia sobre a Maçonaria e a historiografia sobre as instituições escolares sob a sua tutela.

A pretensão de recolher todas as provas possíveis de todos os fatos que poderiam ser de interesse para a história, a ilusão de que os registros do passado poderiam descortinar e apresentar os acontecimentos históricos no seu desenrolar original e a determinação do que pode representar *um fato* de interesse para a história, há muito, foi abandonado pelos historiadores. O século XX produziu uma série de novas perspectivas de abordagens do passado que puseram por terra a ideia de uma história plena, única, esta pergunta foi sendo substituída aos poucos pela multiplicidade de pontos de observação do passado, e ainda conforme Le Goff (1990, p.52):

¹ A Maçonaria, entre os seus membros, é comumente chamada de Ordem por uma questão meramente hierárquica, pois em toda sua estrutura existem sempre “degraus” que o maçom deve subir. Assim, o termo ‘ordem’ surge no sentido de ordenamento. Não confundir, portanto, com as Ordens ligadas à Igreja Católica.

² Um Palácio Maçônico é um local onde se reúnem dois ou mais templos de reunião ritualística.

Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente. Compete ao historiador fazer um estudo "objetivo" do passado sob a sua dupla forma.

A historiografia vem realizando muitos estudos que têm acompanhado as novas abordagens apresentadas desde 1960 sobre os métodos da história e as reflexões teóricas advindas de outras ciências, como alternativa para se pensar e pesquisar a história da educação. Estas abordagens permitiram o abandono das afirmações exatas sobre o passado possibilitando, cada vez mais, uma reflexão que revalida fontes, problematiza o processo de reconstrução das memórias e tem o intuito de compreender o passado definido por Hobsbawn (1996, p. 23); “como o período que precede aos acontecimentos que ficou diretamente registrado na memória de qualquer indivíduo como resultado do compartilhamento de vida com pessoas que nos superam em idade”.

A expansão dos objetos historiográficos proporcionados pela nova historiografia permitiu aos historiadores da educação um redimensionamento da escrita da história da educação, de forma a inseri-la nas práticas inventadas e reinventadas pelos historiadores. Assim podemos dizer que a produção na área da história da educação passou a usufruir de diálogos/interpretações que possibilitaram um aprofundamento teórico e uma compreensão mais crítica da história da educação brasileira delineando, no seio da produção em história da educação, um perfil de pesquisa com características próprias ao ofício do historiador.

Concomitante a essa expansão, desenharam-se no interior dos Programas de Pós-Graduação em Educação grupos e linhas de pesquisa empenhadas em fazer apreender e exercitar os novos métodos da pesquisa histórica. Complementando essas redes de intercâmbio da produção em história da educação surgiram os encontros nacionais e internacionais que caminharam, paralelamente, para a edificação de espaços associativos como o Grupo de Pesquisa em História da Educação (HISTEDBR em 1984) e a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE em 1999).

Esse movimento de descortinar os horizontes nas pesquisas em história da educação foi expresso por meio de novas temáticas, novas fontes, novos enfoques, novos métodos, que passaram a privilegiar a reconstrução de espaços, tanto quanto formais como informais e

desde os indivíduos até os grupos ou coletividades, como também as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, as representações, as apropriações, a mediação cultural através das trajetórias tanto de “grandes” intelectuais, quanto de intelectuais de menor notoriedade, mas que tiveram relativa importância em seu tempo, permitindo enxergar as tessituras que compõem a micro história, posto que é constituída e construída por múltiplas vozes de personagens e vidas, às vezes, interpretadas como “pequenas” ou até mesmo “insignificantes” como apontou Burke (1992).

Ao longo da pesquisa lidamos com um *corpus* documental muitas vezes de cunho oficial, como foi o caso das Atas das reuniões da Maçonaria e dos textos elaborados por Rui Barbosa, outras vezes de cunho promocional³ - como atas das Lojas e livros produzidos por maçons e para maçons. Portanto, fez-se necessária uma leitura atenta e crítica da documentação para que não ficassemos apenas na transcrição do material consultado, afinal o presente objeto de estudo foi pouco explorado pelos historiadores da educação. Sendo assim, na medida em que foi sendo coletada a documentação nos locais onde a pesquisa foi efetivada, procuramos então o confronto entre esses documentos e deixamos ao leitor a possibilidade de descobrir se culminou em algo novo nas pesquisas sobre as relações possíveis entre a Educação e a Maçonaria.

Para os estudos da instituição inglesa que apresentamos brevemente mais adiante, ainda neste capítulo, utilizamos a leitura dos textos e livros que adquirimos ao visitar a instituição. No caso da instituição paraibana, recorremos às fontes como as atas de fundação da Escola, os arquivos mantidos pela Maçonaria e livros de autores maçons que trataram do tema.

Para chegarmos às definições da temporalidade do estudo foi necessário fazermos uma busca por ações da Maçonaria em todo o Brasil, através de periódicos pesquisados na Biblioteca Nacional e chegamos às propostas para a educação elaboradas por Rui Barbosa em 1883 como um primeiro recorte temporal, e definimos o segundo recorte temporal a partir da primeira fase da história da Escola Padre Azevedo, fundada em 1958, e conseguimos localizar a documentação até o ano de 1964. Depois daquele ano o conjunto documental sofre uma interrupção em virtude da decisão radical de um maçom que resolve incinerar os documentos. Desta forma, decidimos utilizar o ano de 1964 como marco temporal final de

³ Promocional porque se trata de panfletos e folhetos produzidos pela maçonaria.

nossa pesquisa, embora saibamos que a Escola fica sob a custódia mais direta da Maçonaria até os anos de 1969 conforme veremos no terceiro capítulo da dissertação.

E como tratamos em grande parte do trabalho com documentos provenientes exclusivamente maçônicos, tentamos nos isentar e olhar de forma mais crítica, pois como vemos em Le Goff (2008, p. 525) “... o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada pelas forças que operaram no desenvolvimento temporal”, e que inclusive os documentos da Loja Padre Azevedo tem uma abrupta interrupção, baseada em uma dessas “escolhas”.

Por isso analisamos os documentos nas perspectivas de Le Goff (2008; pp535- 536) como documento monumento, vejamos:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Compartilhamos com a perspectiva de Carvalho (s/d, p.3) que afirma as seguintes concepções sobre a relação entre as instituições escolares, sociedade e cultura escolar:

A educação tem como finalidade promover mudanças desejáveis e estáveis nos indivíduos; mudanças que favoreçam o desenvolvimento integral do Homem e da sociedade. Ora, não havendo educação que não esteja imersa na cultura e, particularmente, no momento histórico em que se situa não se podem conceber experiências pedagógicas e metodologias organizativas, promotoras dessas modificações, de modo “desculturalizado”. A escola é, sem dúvida, uma instituição cultural e são as próprias reformas educativas que reflectem as ideologias impressas no contexto social e político macro. Está-se, portanto, a falar de uma dimensão cultural e ideológica da educação enquanto base e transmissor estrutural da reprodução social.

Em nosso estudo procuramos também atentar para a definição colocada por Magalhães (2007, p.70):

A relação entre as instituições educativas e a comunidade envolvente estrutura-se numa abordagem que integre e cruze os planos *macro*, *meso* ou *micro-histórico*, através de uma dialéctica de convergência/divergência e de

uma reconceptualização dos planos espaço-temporais: o nacional/universal, o regional, o local. É neste redimensionamento que relevam as abordagens de tipo *meso*, pela sua representatividade no que se refere às múltiplas dimensões da relação educativa e à instituição como totalidade, em permanente desenvolvimento.

Portanto, entendendo a afirmação acima pretendemos dar uma perspectiva *meso* ao nosso trabalho, já que foi a melhor maneira apresentada de trabalhar melhor o objeto preterido.

Passemos, nesse ponto do estudo, a tratar das questões relativas à configuração da Maçonaria e sua relação com a Educação.

1.1 Maçonaria e educação um novo caminho

Esse estudo tem uma preocupação central: as instituições mantidas ou apoiadas pela Maçonaria e o ideário maçônico, presente na documentação consultada, sobre educação. O intuito não é o de ir buscar as origens maçônicas e muito menos sua ritualística, mas sim objetiva pesquisar a atuação de Lojas⁴ Maçônicas como apoiadoras da educação, trazendo diferentes exemplos dessas ações.

Por isso entendemos como um novo caminho para a História da Educação, já que trabalhos dedicados exclusivamente ao estudo das relações entre maçonaria e educação, são poucos. Os que pudemos observar ao longo da pesquisa, foram trabalhos que analisaram de forma pontual essa questão.

Para poder entender essa Ordem é interessante que possamos usar a visão dada por Mansur Barata (1999) que procura compreender as ações da Maçonaria como uma rede de sociabilidade, mas levando também em conta as reflexões de Carmem Moraes (2006) que a considera como uma organização política, que participa ativamente na instalação do movimento republicano no final do século XIX. Abrangendo essas duas visões podemos apreender os dois principais caminhos que a Maçonaria segue fora dos seus Templos, qual seja: o debate político e social.

⁴ Na Maçonaria se dá o nome de Loja ao conjunto de maçons ali reunidos. Esse nome deriva do inglês *Lodge* que significa: Alojamento, hospedagem, pavilhão. Tal Alojamento era o lugar reservado para os Cavaleiros Templários no Templo do Rei Salomão. Os ingleses adotaram essa nomenclatura para a maçonaria moderna.

Foi na Inglaterra que a Maçonaria moderna nasceu e chega até hoje com a permanência da primeira Grande Loja Unida de Londres, fundada em 1717, que pela primeira vez na história agregava e padronizava os adeptos das práticas maçônicas. Ficando sob a incumbência do Maçom James Anderson redigir a constituição dessa agremiação de Lojas. Em 1788, já com um número bem maior de Lojas sob sua tutela, a Grande Loja funda uma das suas obras de caridade: a Royal Masonic School for Girls - uma escola que é considerada como uma das mais antigas, senão a mais antiga, instituição escolar mantida pela Maçonaria no mundo. Estudando, portanto, a origem da Maçonaria na Inglaterra chegamos até essa escola e investigando sua data de fundação e a duração dos seus trabalhos, surgiu o interesse de inseri-la na pesquisa como um exemplo dessa atuação primordial da Maçonaria no âmbito educacional.

Entretanto, o nosso objetivo principal é o estudo da Escola Padre Azevedo que foi escolhida por ter ligação com a Loja Maçônica de mesmo nome. Foi fundada em 1957, sendo inaugurada em 1958 segundo deliberação do quadro daquela oficina⁵ e funciona até hoje.

Inicialmente, a Escola mantinha um relacionamento mais estreito com a Maçonaria, já que seus primeiros diretores eram os veneráveis⁶ do Padre Azevedo, hoje em dia esta Loja apenas cede seu espaço para o funcionamento da referida Escola e tem responsabilidade apenas pelas questões infraestruturais.

Apesar do objetivo da pesquisa não ser o de discutir os segredos ou a ritualística maçônica, julgamos necessário trazer ao leitor algumas explicações referentes ao universo de criação da Maçonaria com o objetivo de deixar mais claras nossas referências e colocações posteriores no texto.

1.2 Breve História da Maçonaria

Iniciando as explicações sobre Maçonaria precisamos entender que existem as maçonarias que se consideram regulares e irregulares, e as irregulares que são as obediências que não seguem os preceitos elencados pela Grande Loja Unida da Inglaterra, que seria o “Vaticano da Maçonaria”, por mais que alguns ainda não sejam reconhecidos por ela.

⁵ Oficina é outro meio de se referir a Loja Maçônica.

⁶ Venerável é o presidente da Loja, a pessoa que comanda todas as reuniões.

No Brasil, a Maçonaria regular está dividida em três obediências: o Grande Oriente do Brasil que é uma entidade federativa e representações dela existem em todos os Estados brasileiros, mas obedecendo a uma hierarquia federal com sede em Brasília; A Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil (CMSB), que agrega todas as Grandes Lojas do Brasil e, diferente do Grande Oriente, não possui uma entidade federal, pois as suas entidades estaduais são independentes, são apenas confederados e, por fim, a Confederação Maçônica do Brasil (COMAB) que agrega os membros dos Grandes Orientes Independentes e também confederados.

Essas três obediências reconhecem como ritos que podem ser praticados o: Rito Escocês Antigo e Aceito, Rito Adonhiramita, Rito Schröder, Rito Brasileiro, Rito Moderno ou Francês, Rito York, Rito de Emulação. Todos esses ritos possuem em comum os três primeiros graus da Maçonaria: Aprendiz, Companheiro e Mestre⁷. Estes são os chamados graus simbólicos. A partir do quarto grau são os denominados graus filosóficos que variam um pouco de rito para rito. Nos Ritos Escocês Antigo e Aceito, Adonhiramita e Brasileiro existem trinta graus filosóficos; o Rito de York tem dez graus filosóficos; o Rito Moderno tem seis graus filosóficos; o Rito de Emulação tem sete graus filosóficos e no Rito Schröder não existem graus filosóficos. Não entraremos nas nuances sobre cada Rito, pois não é esse o objetivo deste estudo, mas apenas informar quais os praticados no Brasil pelas Lojas regulares.

Desde a antiguidade, os construtores que detinham conhecimentos especiais⁸ constituíam uma espécie de camada de elite em meio às demais profissões. Formavam como que colégios sacerdotais. Na idade Média, os construtores de catedrais e palácios eram beneficiados, por parte das autoridades eclesiásticas e seculares, com inúmeros privilégios tais como: franquias, isenções, tribunais especiais. Daí a denominação francesa de “franc-maçon”, a inglesa de “freemason” ambas traduzidas como “pedreiro-livre”. A arquitetura constituía então a Arte Real, cujos segredos eram transmitidos somente àqueles que se mostrassem dignos de conhecê-los.

⁷ Essa hierarquia é básica em todos os ritos maçônicos.

⁸ Esses construtores ou pedreiros detinham conhecimentos que não eram acessíveis a todos, já que o conhecimento era basicamente oral e passado de mestre para aprendiz. Daí, a ideia da Maçonaria em dividir nos graus de Aprendiz, Companheiro e Mestre.

Entretanto, apesar de algumas pesquisas colocarem “marcos” no surgimento da ordem podemos observar algumas delas por meio dos escritos do Maçom Santos (1975, p.15): “(...) A origem hidu ou bramanicos; A de Crotona; dos Essênios e por fim dos Romanos”. Por isso não temos ao certo a sua origem, mas tratamos do seu início a partir da sua formalização na Inglaterra.

Por essa razão podemos dizer que os passos iniciais da Maçonaria são obscuros, bem como parte de sua história, já que suas origens se perdem em um passado cheio de mitos e lendas, alguns deles retomam o tempo do rei Salomão e outros se referem a Adão apontado, em algumas versões, como o primeiro maçom. Num ponto, porém, os estudiosos parecem concordar quanto à filiação direta da FrancoMaçonaria moderna (a Maçonaria especulativa⁹) à antiga Maçonaria de ofício (a Maçonaria operativa¹⁰) que se dá na idade média. Sobre a origem da Maçonaria olhemos, primeiramente, o estudo de Ziéde C. Moreira¹¹ que se apóia nas origens medievais da instituição. Segundo ele, nesse período, surgiram as universidades, as companhias de comércio e as corporações de ofício, sociedades fechadas que reuniam trabalhadores especializados.

Ainda sobre a origem da Maçonaria temos um estudo semelhante ao de Ziéde C. Moreira, no entanto, mais detalhado, feito por Sabrina Juillet¹². A autora assinala a Escócia como sendo o berço da Maçonaria Especulativa (aberta à participação de outros segmentos da sociedade) e que de lá passaria, posteriormente, para a França.

Baseando-se nos *Old Charges*¹³, que são os documentos mais antigos que fazem referência às Lojas e aos Regulamentos, Deveres, Segredos e Usos da Fraternidade, os mais conhecidos são: Manuscrito de Halliwell ou Poema Regius (séc. XIV), Manuscrito de Cooke (séc. XV), Manuscrito de William Watson (séc. XV), Manuscrito de Tew (séc. XVI). Segundo Wagner Veneziani Costa¹⁴ é no poema Regius a “primeira menção conhecida da palavra - Franco-Maçom” e confirmado por Jean Palou (1964, p.33) que afirmou: “o mais

⁹ Maçonaria especulativa é a que temos hoje que é voltada para o ensino filosófico.

¹⁰ Maçonaria operativa era a formada pelos “maçons de fato”, os pedreiros.

¹¹ Professor aposentado na Universidade Federal Fluminense, mestre maçom instalado, grau 33, membro da Academia Maçônica de Ciências, Artes e Letras do Grande Oriente do Estado do Rio de Janeiro.

¹² Professora e especialista em documentos anglo – escoceses do século XVII.

¹³ *Old Charges* = Antigos deveres

¹⁴ No artigo Grande Loja de Mestres Maçons da Marca do Grande Oriente do Brasil – GOB

antigo texto é o Regius, manuscrito real que como seu nome indica está sob a guarda do Museu Britânico de Londres, o referido documento – Regius - dataria dos anos 1388-1445”.

A fim de se proteger das perseguições os pensadores, alquimistas da Idade Média e da modernidade, combatidos pelos “espíritos menos esclarecidos” segundo se remetiam às pessoas ligadas a Igreja, estes perseguidos buscaram refúgio entre os pedreiros livres, capazes de protegê-los pelos privilégios que tinham com membros da elite Católica.

Os primeiros “maçons especulativos” foram alguns desses homens de saber aceitos nas corporações, que não compartilhavam do mesmo ofício de pedreiro daqueles que os tinham acolhido, entretanto foram eles que acrescentaram ensinamentos místicos, alguns desses oriundos dos ensinamentos Rosa Cruz que segundo José Carlos de Almeida Filho (2000, p.13), “Anderson¹⁵, sem dúvida alguma, era um profundo estudioso da Bíblia e conhecedor dos mistérios das sociedades iniciáticas, até mesmo porque era rosicruciano, como alguns autores maçônicos atribuem.” Com essa vinculação entre James Anderson e os Rosacruzes é perceptível o novo “estágio” da Maçonaria não mais vinculada aos canteiros de obras. Daí, a denominação de Maçons Aceitos em contraposição a Maçons Antigos, os construtores.

Surgindo a partir do ingresso desses pensadores, essa nova “Maçonaria dos Aceitos” ou dos “Especulativos” teve uma ligação com os conhecimentos filosóficos que muitos dos considerados pensadores iluministas traziam para essas corporações. Por isso muitos foram iniciados na Maçonaria como, no caso dos Estados Unidos, com Benjamin Franklin¹⁶, George Washington e Thomas Jefferson e vários outros maçons que os acompanharam na luta pela libertação do jugo inglês. Também na França alguns líderes da Revolução de 1789 foram iniciados na Maçonaria como Jean Paul Marat e La Fayette, Revolução Francesa que abre o século XVIII ao racionalismo.

Essa ligação da Maçonaria com o movimento iluminista traz no seu encaixe um elo estreito entre a Maçonaria e o ensino. Nos primeiros anos da Maçonaria moderna isso não será uma bandeira defendida, mas com o passar do tempo e o amadurecimento e

¹⁵ James Anderson, o Pastor que redigiu a constituição que define a maçonaria especulativa ou moderna.

¹⁶ Foi Venerável Mestre da Loja *Les Neuf Soeurs* durante o seu período como diplomata na França. Esta Loja era a mesma frequentada por Voltaire.

fortalecimento dos seus ideais surge, no final do século XVIII, alguns atos da Maçonaria ligados à educação. Veremos mais à frente, no decorrer do presente trabalho, que essa preocupação com a instrução cresce ao longo do século XIX tanto na Europa, quanto no Brasil e se solidifica no século XX.

Essa preocupação com a educação cresce proporcionalmente à “popularização” da Maçonaria, a qual engrossava as suas fileiras e que, por consequência, trazia pessoas ligadas à instrução e que viam nessa instituição uma maneira de concretizar seus projetos.

Todavia, com isso cresceu a procura dos homens interessados em ingressar na Maçonaria, mas nem todos que eram indicados a ingressar podiam ser aceitos, faziam-se sindicâncias sobre os interessados e apenas alguns eram admitidos. Após serem aprovados nessa pesquisa prévia eram submetidos a uma série de provas que constituíam a iniciação ritualística. Os iniciados juravam guardar segredo dos ritos e respeitar as regras estabelecidas pelos maçons operativos já que nas suas Lojas era onde passavam o conhecimento adquirido do ofício de pedreiro.

No séc. XVI aumentou consideravelmente o número de maçons aceitos, fazendo com que o número de lojas também crescesse. Primitivamente havia na hierarquia maçônica apenas os graus de aprendiz e companheiro. O grau de mestre era somente o encarregado da direção de uma construção e era sempre o mais antigo entre os companheiros, mas em 1664, foi criado o grau de mestre, por Elias Ashmole¹⁷, formando assim a base definitiva da hierarquia maçônica.

Posteriormente, a Maçonaria tomou grande impulso na Inglaterra quando se operou grande transformação orientada por James Anderson, presbítero londrino, diplomado em filosofia, e Desaguliers, de origem francesa, grão mestre inglês, eleito em 1719. A partir de então passou a Maçonaria a desenvolver tendências para instituição filantrópica e filosófica, exaurindo seus últimos componentes operacionais.

¹⁷ Algumas correntes maçônicas apontam Elias Ashmole como o criador dos rituais dos três graus da Maçonaria, pois no período anterior a ele os ensinamentos eram passados apenas oralmente. Ele foi iniciado em 1646 (período que predominava ainda a maçonaria operativa, mas com o ingresso já de alguns “aceitos”).

Em 1723 foi aprovado o Livro das Constituições Maçônicas, revisto por James Anderson. Sendo chamado de Constituição de Anderson, tornou-se em pouco tempo a Carta da maior parte das lojas. Propagava uma doutrina, sobretudo humanitária, deísta espiritualista, aberta a todos os cristãos, qualquer que fosse a sua seita, e leal aos poderes públicos.

Esta origem, ligada aos construtores da era medieval, explica o porquê da simbologia maçônica estar toda ela relacionada ao tema construção. Seus símbolos mais conhecidos, até mesmo pelo observador mais desatento, são os instrumentos do pedreiro: o esquadro, o compasso, o prumo, a régua e o nível. Todo maçom está imbuído no propósito da construção - do templo da virtude e da verdade, construção de si mesmo, de seu caráter e de sua personalidade e construção de um mundo melhor.

Antes de passarmos à primeira experiência maçônica com a educação, apresentamos duas imagens (figuras 1 e 2) do mais conhecido símbolo maçônico: o olho que tudo vê. Em nosso entendimento é possível pensarmos “o olho que tudo vê” como uma espécie de metáfora das ações maçônicas no âmbito educacional. Por ser esse símbolo maçônico ligado à luz e ao conhecimento, por isso fica acima da cabeça do Venerável Mestre¹⁸ para que ele possa dirigir a Loja, preferencialmente, com luz e com sabedoria a fim de levar o conhecimento para as pessoas que normalmente não tinham muitos recursos financeiros. Seguem as duas imagens do símbolo maçônico ao qual nos referimos.



¹⁸ Presidente da Loja.

Figura 1: o olho que tudo vê.
Fonte: <http://filhosdehiran.blogspot.com>¹⁹



Figura 2: o olho que tudo vê.
Fonte: <http://filhosdehiran.blogspot.com>²⁰

Como pudemos acompanhar na breve história que traçamos sobre as origens da Maçonaria, percebemos que ela esteve envolvida, desde o início, em revoluções²¹. Entretanto, não é só no campo político que a Maçonaria lançou seus princípios, a educação é outro objetivo que caminha paralelamente a essa instituição. Como vimos anteriormente, é na Inglaterra que a Maçonaria toma a formatação que se conhece atualmente, ou seja, de uma associação não mais de pedreiros operativos, mas sim especulativos²² preocupados com o crescimento filosófico e espiritual e, talvez tenha sido por isso que foi naquele país que

¹⁹ Acessado em 25/07/2011

²⁰ Acessado em 25/07/2011

²¹ Revolução Americana, Revolução Francesa, Independências Sul- Americanas, Proclamação da República, são alguns exemplos de movimentos revolucionários em que a maçonaria se envolveu, nem sempre de forma majoritária.

²² Especulativos são os maçons que não são mais de ofício, os que não trabalham como pedreiros.

nasceu a preocupação em dar uma espécie de suporte educacional às famílias maçônicas desvalidas.

1.3 A Royal Masonic School for Girls²³.

Desta forma, consideramos importante apresentar a Escola que foi fundada no ano de 1788, na Inglaterra, uma instituição criada para abrigar filhas órfãs de maçons. Já que aquela nação se encontrava envolta em conflitos internos e externos e os maçons procuravam um meio de “construir uma instituição caridosa para as filhas dos maçons que passavam por dificuldades ou cuja morte tivesse feito suas famílias passarem por necessidades”²⁴ Cowburn (2001, p. 11).

A Escola em questão tem uma característica que a difere das escolas mantidas pela Maçonaria no Brasil como veremos no último capítulo da dissertação, já que ela era mantida não só por uma Loja, mas por um grupo de Lojas exemplificado no seguinte trecho:

As seguintes lojas foram mencionadas na Ata do Conselho escolhido, os quais haviam prometido seu apoio:

Loja Somerset House, Bath, Nº 4
 Loja Royal Cumberland , Bath, Nº 41
 Loja Regularidade, Nº 91
 Loja Amor Fraternal, Nº 56
 Loja Amizade, Nº 6
 Loja Prudência, Nº 75
 Loja Real , Nº 201
 Loja Britânica, Nº 33
 Loja Moira, Nº 92
 Loja União de São James, nº 180
 Loja Nove Musas, Nº 418²⁵
 Loja Amizade Rural, Nº 435
 Loja dos Peregrinos, Nº 238
 Loja Harmonia, Nº 235²⁶. (HANDFIELD, 1966; p.18) [Tradução do

Autor]

²³ Consideramos importante mostrar ao leitor que as ações não se concentravam em apenas um único país. Assim, temos os seguintes exemplos: *Royal Masonic School for Boys*. Inglaterra – Reino Unido (1798); *Masonic Home and School of Texas Independent School*. Texas - EUA (1913); *Masonic Female Orphan School*. Dublin – Irlanda (1792); *Escuela Nacional Masónica* . Havana – Cuba (1917 - incerto); *Escuela "Blas Cuevas"*. Valparaíso – Chile (1871). Tão somente colhemos o exemplo dessa escola inglesa para ilustrar um tipo de ação ocorrida fora do país.

²⁴ “establishing a charitable institution for the daughters of Masons Who had fallen on hard times or whose death had rendered hardship for their families”

²⁵ Antes da agregação das Lojas à United Grand Lodge of England a Loja Nine Muses tinha o número 235.

²⁶ The following Lodges are mentioned in the Minutes of the Select Committee Who had promised their support: Somerset House Lodge, Bath, Nº4; Royal Cumberland Lodge, Bath, Nº 41; Lodge of Regularity, Nº 91; Lodge of Brotherly Love, Nº 56; Lodge of Friendship, Nº 6; Lodge of Prudence, Nº 75; The Royal Lodge, Nº 201; The Britannic Lodge, Nº 33; The Moira Lodge, Nº 92; St. James' Union Lodge, nº 180; Lodge of Nine

Essa pode ter sido uma das condições que fizeram com que a Royal Masonic School for Girls funcionasse ininterruptamente desde a sua fundação até os dias atuais, hoje ela ainda conta com o apoio da Maçonaria inglesa, mas por aceitar um público não ligado à Maçonaria, a escola cobra taxas e assim pode se manter não dependendo apenas das Lojas maçônicas, como ocorria no começo da sua existência.

Sobre a questão da aceitação apenas de crianças que tinham algum vínculo familiar na Maçonaria havia um regulamento de ingresso na escola que, entre outros, trazia os seguintes pontos:

1- *Da qualificação do Requerente* – A Corte Trimestral, no dia 04 de Outubro, estabeleceu que (em ordem decrescente - nota do tradutor) “Na inscrição das crianças, preferência será dada aos órfãos cujos pais, no momento do falecimento, foram registrados como maçons e membros de uma loja. Depois desses, vêm às crianças cujos pais são membros de um loja no momento da entrega da petição, mas NENHUMA será aceita se não filhos de maçons registrados” As crianças para a admissão teriam que ter entre 5 e 10 anos de idade.²⁷

2 – *Da forma de petição* – como os primeiros requerentes falharam em trazer as credenciais necessárias, as instruções que seguem foram impressas e distribuídas. Qualquer pessoa inscrevendo para admissão de uma criança deve, durante o exame diante do Conselho, portar os seguintes itens:

(a) A petição do pai ou da mãe; ou se órfão, de um amigo, deve ser endereçada para os Consignatários, o Conselho e aos Governadores (Governador escolar – aquele responsável por elevar o padrão da escola através de seus três papéis principais que são planejar uma direção estratégica, assegurando responsabilidade, supervisão e avaliação da performance da escola. Eles correspondem à maior força voluntária do país). da Escola Maçônica Royal Cumberland, definindo a profissão e residência do requerente, o qual deve conter o número de membros na família e os particulares relativos à criança, uma vez que estes podem instigar comiserações a favor do OBJETO. Ainda, a petição deve ser assinada por aquele que recomenda a admissão da criança.

(b) Um certificado assinado pelo Venerável Mestre e Vigilantes da Loja onde o pai se tornou maçom ou qualquer loja na qual ele teria sido um membro.

(c) Um certificado da Secretaria confirmando o registro do pai.

Muses Nº 418²⁶; Lodge of Rural Friendship, Nº 435; The Pilgrims' Lodge, Nº 238; The Lodge of Harmony, Nº 235

²⁷ 1. *Qualification of Applicant*. The Quarterly Court on October 4th laid down that “ In admission of children preference be given to orphans whose fathers at the time of their decease were registered freemasons and members of a lodge. After these a preference be given to such children whose fathers are members of a lodge at the time of presenting their petition but that NONE be admitted but the children of registered masons” Children for admission were to be between 5 na 10 years of age.

(d) Um registro da idade da criança da Paróquia onde ela nasceu.²⁸

3 – *Da finalidade da Instituição*

(a) “Proteger a prole feminina dos maçons indigentes dos perigos e infortúnios aos quais suas situações aflitas as expõem”.

(b) “Treinar as mentes das jovens meninas para a diligência, a virtude e para os deveres sociais e religiosos”.

(c) “Qualificar as crianças para ocupar uma posição útil, porém não servil, na vida” [...] ²⁹

4 – *Do Regime Doméstico ou Interno*³⁰. (HANDFIELD, 1966, p.20-21) [Tradução do Autor].

Notamos nesses aspectos o quão intrínseca à Maçonaria era essa Escola e, é nesse ponto, em que o sistema inglês se diferencia do brasileiro, já que “Este sistema inteiramente insatisfatório, durou até 1916”³¹ [Tradução do Autor] (HANDFIELD, 1966, p.31), ou seja, começam a entrar pessoas que não estavam ligadas diretamente à Maçonaria somente no início do século XX.

Este é apenas um dos pontos de intersecção entre a Maçonaria e a Educação, e sabemos que não só na Inglaterra, mas em todo mundo existem outros exemplos que não serão abordados nesse trabalho, por fugir ao foco principal do presente estudo, já que o nosso foco será a Escola Padre Azevedo como trataremos no terceiro capítulo.

²⁸ 2. *Form of Petition.* As the earliest applicants failed to bring the necessary credentials, the following instructions were printed and distributed. Any person applying for admission of a child must, at the examinations before the committee, produce the following particulars:

(a) A petition From a parent or if an orphan from a friend, which petition must be addressed to the Trustees, Committee and Governors of Royal Cumberland Free Mason School, setting forth the occupation and residence of the one Who petitions with the number in family and such particulars relative to the child as may be thought necessary to excite commiseration to the OBJECT, and the petition must be signed by the subscriber who recommends the child for admission.

(b) A certificate signed by the Master and Wardens of the Lodge for the time being, where the father was made a mason or any lodge of which He had been a member.

(c) A certificate from the Grand Secretary of the father having been registered.

(d) A register of the child's age from the Parish where she was Born.

[...] [Tradução do autor].

²⁹ *Purpose of the Institution.*

(a) “To preserve the Female offspring of indigent Freemasons from the dangers and misfortunes to which their distressed situation may expose them.”

(b) “To train Young female minds destitute of parental care and attention to Industry, virtue and social and religious duties.”

(c) “To qualify the children to occupy a useful, though not a menial, station in life.”²⁹

[...]

³⁰ 4. *Domestic or Internal Government.*

³¹ “This system, wholly unsatisfactory, was continued until 1916”.

No capítulo seguinte vamos tratar das relações entre a Maçonaria e a Educação no Brasil, e veremos através de periódicos ligados à maçonaria, como se desenrolaram na segunda metade do século XIX e início do século XX essas ações da Ordem Maçônica.

CAPÍTULO 2 – AS PROPOSIÇÕES E AÇÕES DA MAÇONARIA NO BRASIL

A história da Maçonaria no Brasil é um tanto controversa com relação às suas origens, semelhantemente como vimos sobre os seus primórdios na Europa. Em vários movimentos emancipatórios surgidos no nosso país, desde o final do século XVIII, percebe-se um ideário maçônico, aquele mesmo surgido na Europa no início do mesmo século e que foi difundido principalmente após o movimento revolucionário francês.

Possivelmente, pessoas que faziam parte das camadas mais abastadas da sociedade brasileira tiveram contato com maçons na Europa ou até fossem iniciados na Ordem naquele continente, mas são somente indícios porque não temos certeza sobre os possíveis elos de iniciação de brasileiros no exterior.

Uma das maiores controvérsias é a de que o Areópago de Itambé,³² fundado em 1796, teria sido a primeira Loja Maçônica do Brasil. Mas hoje são poucos os que defendem essa tese já que pelo que se sabe os que faziam parte desse conjunto não eram necessariamente maçons. Alguns deles tinham uma ligação com a Maçonaria, como é o caso de Arruda Câmara, que foi iniciado na Grande Loja de Paris, mas exceto ele, não existe outra ligação identificada até o momento pelos pesquisadores. Podemos inferir que como o Areópago foi um local para as reuniões secretas que culminaram com a revolução de 1817 e que seus frequentadores utilizavam nomes fictícios, possivelmente por isso a confusão com a Maçonaria.

Oficialmente, o primeiro Templo Maçônico Brasileiro foi erguido no ano de 1802 na Bahia e pertencia à Loja Virtude e Razão; o segundo Templo foi edificado no Rio de Janeiro no ano de 1803 para as Lojas Reunião, Constância e Filantropia - todas elas vinculadas ao Grande Oriente Lusitano. Porém, com o início dos movimentos contrários ao domínio português no Brasil, essas lojas rompem com a obediência portuguesa e passam a se vincular ao Grande Oriente da França.

³² Um Areópago é um local de reunião mantido por maçons, entretanto para fazer parte desse círculo não era necessário que fosse um iniciado, qualquer um que fosse convidado poderia fazer parte das reuniões. Segundo CABRAL (2008, p. 104): “Atribui-se a Manuel Arruda da Câmara, como já dissemos, a criação do Areópago de Itambé, centro de formação democrática, de propaganda política e de idéias republicanas.

2. 1 Olhares da Maçonaria sobre a Educação no Brasil nos periódicos do Oitocentos

As ações na educação realizadas pela Maçonaria no Brasil começam a aparecer a partir da segunda metade do século XIX, pois como a Maçonaria havia se estabelecido formalmente no ano de 1822, a Ordem teve tempo para se estabelecer e se fortalecer para engendrar novas campanhas que não ficariam apenas no campo político, mas que abarcariam pontualmente também a educação.

Em jornais maçônicos e boletins oficiais da Ordem pesquisados a partir do ano de 1875, percebemos uma gama de atuações nesse sentido, mas ao contrário do que acontecia no caso inglês (que tinha um caráter assistencialista), percebemos que no Brasil a preocupação é com uma instrução pública e universal e não apenas uma educação direcionada às famílias maçônicas.

Localizamos uma pequena amostragem de informações que tinham relação com a Maçonaria e Educação existentes na Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). O volume de periódicos relativos à Maçonaria era muito grande e o tempo para a pesquisa não nos permitiu explorá-lo em sua totalidade. De qualquer maneira, destacaremos alguns aspectos das leituras que fizemos dos seguintes documentos: o *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, entre os anos de 1875 até 1879³³; o folhetim *A Família Maçônica*, entre os anos de 1875 e 1881 (um jornal vinculado à Maçonaria do Rio de Janeiro), como também outras publicações como um número do *Jornal Fraternidade*, da cidade de Fortaleza (Ceará) do ano de 1875, o *Jornal A Acácia*, da cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), dois números do ano de 1876; como também outro *Jornal* denominado *Fraternidade*, de Penedo (Alagoas), do ano de 1903.

O primeiro exemplar pesquisado do *Boletim do Grande Oriente do Brasil* que trouxe notícia sobre educação é o seguinte:

GOYTACAZ.

Esta off ∴ digna em todos os seus actos dos maiores encomios, acaba de tornar uma resolução verdadeiramente caritativa e humanitaria.

Sciente do quanto póde e do que vale, e é mister a instrucção, esse pão da alma, fez um donativo de 200\$000 á Sociedade Propagadora da Instrucção³⁴.

³³ Trata-se de uma publicação mensal que dá conta das ações da Maçonaria em todo o país. O *Boletim* é o jornal oficial do Grande Oriente do Brasil.

³⁴ A Sociedade Propagadora da Instrução foi fundada em 1873, em São Paulo, e posteriormente passou a se chamar Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.

Seus OObr.: porém, não querendo que de seus cofres saísse uma só migalha, permita-se-me a expressão, do pão da viúva, do orphão e do necessitado, abrirão sua bolsa e concorrerão com a citada quantia afim de que mais magnanima fosse a resolução tomada pela Aug.: Loj.: que lhes deu a Luz³⁵.

Percebemos pelo ato da Loja Goytacaz que existia uma preocupação de alguns setores mais progressistas da Maçonaria preocupados com o que chamam de “pão da alma”, que é a “instrução” do povo. Possivelmente influenciados pelas teorias positivistas do século XIX, já que os maçons brasileiros seguindo a tradição da Maçonaria portuguesa, iniciavam geralmente pessoas ligadas à elite política, intelectual, artística, ou seja, pessoas que estavam nas vanguardas brasileiras.

Entretanto, observamos em uma das ações das lojas maçônicas algo semelhante ao que acontecia no exemplo da escola inglesa, a qual nos referimos no primeiro capítulo:

AUG.: LOJ.: DISCRIÇÃO

Tendo esta Aug.: Off³⁶.: resolvido sustentar um certo número de meninos, prodigalizando-lhes a necessaria educação; resolveu nessa ocasião dividir em tres classes os seus beneficiados sendo a 1^a destinada aos filhos dos Membros do seu Quadro; a 2^a aos filhos orphãos de Mestres Maçons e a 3^a finalmente aos filhos de Mestres Maçons em geral. Acontecendo porém que d’esse numero existão para serem preenchidas quatro vagas, o Ilustrissimo Ir.: Ven³⁷.: da citada Off.: oferece esses lugares aos meninos que delles quizerem usufruir, visto como trata-se a par do beneficio prodigalizado, de garantir o seu futuro dando lhe o maior dos bens a instrução³⁸.

A Loja Discrição tinha como prioridade atender os seus necessitados, sob a ordem que se segue, dando prioridade aos que faziam parte do seu quadro ativo, aos órfãos filhos de um Mestre Maçom da mesma Loja e depois aos filhos de qualquer Mestre. No caso de não serem preenchidas as quatro vagas oferecidas, o Venerável tinha a autoridade de destinar essa vaga a qualquer criança que necessitasse.

Esse caso é semelhante ao caso inglês, pois percebemos a presença do assistencialismo entre os membros da Maçonaria. A decisão de acolher crianças ligadas de alguma forma às

³⁵ *Última Hora*, Boletim do Grande Oriente do Brasil, Rio de Janeiro, p. 492, Nº 6 ,4º Anno, Junho 1875.

³⁶ Aug.: Off.: Significa Augusta Oficina.

³⁷ Ir.: Ven.: Significa Irmão Venerável.

³⁸ *Última Hora*, Boletim do Grande Oriente do Brasil, Rio de Janeiro, p. 691, Nº 9 ,4º Anno, Setembro 1875.

famílias maçônicas pode ter sido reflexo da Guerra contra o Paraguai que encerrará em 1870 e que deve ter deixado muitos filhos de maçons órfãos. Então, apesar de ter apenas quatro vagas, ainda era uma forma de amenizar a situação da família desvalida. Caso semelhante o leitor verá no capítulo seguinte quando tratarmos do Padre Azevedo que, após a morte do seu pai – que era maçom –, teve a sua educação mantida pela Ordem Maçônica.

No ano de 1876 localizamos uma proposta de Constituição Maçônica que circulou entre as Lojas do Grande Oriente do Brasil e, dentre os vários artigos desse documento, destacamos o seguinte:

Projecto de Consist.: Maçon.:

(...) Art. 9º - O Gr.: Or.: do Brazil garante aos seus associados em particular e em geral á humanidade:

§1º Protecção e auxilio

§2º Socorro e protecção aos filhos, viúvas e pais dos MMAç.: quando em necessidade;

§3º Instrucção do Povo

§4º Fundação de escolas para illustração da mocidade (...) ³⁹

Nesse projeto Constitucional percebemos que surge essa preocupação legal com a educação, não apenas dos maçons e seus familiares, mas a ideia de difundir a instrução para o povo em geral, como forma de “ilustrar a mocidade”. E essas ideias irão permear as pontuais ações da Maçonaria na educação, desde o século XIX até a atualidade.

É interessante que alguns dos responsáveis pelo Grande Oriente do Brasil prezavam pela ilustração dos seus membros. Observamos em um discurso escrito pelo recém empossado Grande Secretário Geral da Ordem, o Maçom Angelo Bitancourt, que no Boletim de Fevereiro de 1878 “clama aos irmãos a doação de livros para a fundação de uma biblioteca afim de *educar o povo para torná-lo forte no exercicio de seus direitos*” ⁴⁰.

Como nesse período a Ordem estava fortemente ligada aos debates políticos, tais como o fim da escravidão e ideias republicanas, era um meio de fortalecer intelectualmente os

³⁹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Rio de Janeiro, Nº 3 ,5º Anno, Setembro 1876 – Como essa foi uma edição especial apenas com a proposta constitucional, o Boletim não veio dividido em seções e não contava com numeração de página.

⁴⁰BITANCOURT, Angelo; *A todos os Maçons*. Boletim do Grande Oriente do Brasil, Rio de Janeiro, p. 80, Nº 2, 7º Anno, Fevereiro 1878.

maçons, pois com esse incentivo os membros seriam “*uteis á Maç.: e á pátria que tanto necessita de homens ilustrados*⁴¹”.

Já que, segundo o mesmo Angelo Bitancourt (1875), “a Maçonaria em todos os tempos foi a defensora da liberdade do cidadão, de sua consciência e da instrução popular”, a instrução e a educação estavam sempre ligadas às ideias de liberdade do povo e é por isso que percebemos essas ações da Maçonaria, já que como diz a sua Constituição, ela deve instruir e ilustrar o povo. Mas não é a função da Ordem substituir o Estado em sua função de educar o povo, mas sim auxiliá-lo quando necessário.

Os maçons que andavam pelo Brasil durante o século XIX, sempre que voltavam ao Rio de Janeiro, levavam informações sobre as Lojas que tinham visitado. Entre esses relatos encontramos o seguinte:

SÃO JOÃO DA BOA-VISTA (S. PAULO)

Acabamos de receber por intermedio do nosso Ill.: Ir.: 32⁴²:. Manoel Antonio Julio Teixeira da Nobrega, a grata noticia de ter a Aug.: Loj.: Deus, Patria e Liberdade ao Oriente⁴³ de S. Baptista da Boa Vista (S. Paulo) fundado uma aula nocturna, a qual é freqüentada por 52 alumnos, todos pessoas pobres, a quem se lhe ministra gratuitamente o pão do espirito. Graças aos esforços do Resp.: e Ill.: Ir.: Dr. Augusto Ribeiro Loyola a pouco filiado na citada Aug.: Loj.: deve-se tão caridosa fundação. [...] ⁴⁴

Por esse relato percebe-se que em alguns momentos a atuação de um homem, como no caso o Dr. Augusto Ribeiro Loyola, que após sua filiação fundou em conjunto com a sua Loja, uma aula noturna, com o objetivo exclusivo de atender a população carente da cidade de São João da Boa Vista/SP. Vemos esse relato em uma cidade interiorana, onde grande parte da população vivia no campo e, ainda assim, a Maçonaria conseguiu montar essa aula. Embora não explicitamente descrito no documento, mas que provavelmente era aula de primeiras letras.

⁴¹ Idem.

⁴² Ill.: Ir.: significa Ilustríssimo Irmão, e o número subsequente é o grau maçônico, no caso 32.

⁴³ Oriente significa cidade.

⁴⁴ *Última Hora*, Boletim do Grande Oriente do Brasil, Rio de Janeiro, p.523, Nº12 ,7º Anno, Dezembro de 1878.

É interessante a forma como alguns maçons se preocupam com essa instrução pública, como podemos acompanhar por meio do discurso de Godoy (1879, p.41) que mostraremos aqui em partes e que se encontrará na íntegra como anexo, vejamos:

Quando as portas do augusto templo do saber se abrem de par em par para dar entrada á infancia desvalida e árida de conhecimentos sociaes, quando se funda uma escola no centro d'esta Babel-social onde as idéas *formigam* em busca de uma realidade que, assemelha-se á um mytho, quando finalmente o pão do espirito vai ser distribuído as crianças, pequeninos homens, que mais tarde deveram occupar lugares proeminentes em o nosso paiz; nós, que somos adeptos do progresso, do pensamento liberrimo e da confraternidade, não devemos ficar impassiveis quaes antigas estatuas talhadas no marmore.[...] ⁴⁵

Todo o discurso tem momentos bem interessantes, mas recortamos essa parte inicial da fala, pois ela traz essa ligação anteriormente citada entre a Maçonaria e o progresso. O autor afirma que os maçons, como pensadores progressistas, devem trabalhar para a distribuição do “alimento espiritual” - que é a forma como eles sempre se referem à educação.

Esse discurso foi proferido durante a inauguração de uma aula noturna que era ministrada pela Senhora Dona Maria Gabriella Dantas, que prestava seus serviços gratuitamente. Essa turma funcionava na cidade de Guaratinguetá/SP e era mantida pela Loja Maçônica Asylo da Beneficencia.

Outro Jornal que foi pesquisado na Biblioteca Nacional e que não era um boletim oficial, mas era um órgão ligado à Maçonaria do Rio de Janeiro chamava-se “A Família Maçônica”. Tratava-se de um jornal quinzenal e que circulava pela cidade do Rio de Janeiro. Apesar de ter ligação com a Maçonaria Fluminense, as suas informações não se restringiam ao que acontecia no Rio de Janeiro, pois o Boletim trazia informações que se consideravam pertinentes para a “Maçonaria como os temas da: a civilização e a humanidade”. Destacamos algumas notícias escritas sobre educação que veicularam nos fascículos disponíveis entre os anos de 1875 e 1883 (último ano desse periódico micro-filmado pela Biblioteca Nacional):

Movimento Maçônico – A Loja Trabalho e Honra, da cidade da Campanha da Princeza; em Minas-Geraes, offereceu a quantia de 120\$000 aos meninos

⁴⁵ GODOY, João; *Aula Nocturna*, Boletim do Grande Oriente do Brasil, Rio de Janeiro, p.41, Nº 2, 8º Anno, Setembro de 1879

pobres, que, em virtude do ultimo regulamento da instrucção publica naquella província são forçados a freqüentarem as aulas do ensino primario⁴⁶.

Podemos entender que com a inclusão dessa obrigatoriedade de instrução pública, muitas crianças das classes menos favorecidas não tinham as condições mínimas para se manterem regularmente nessas aulas. A Maçonaria através de doações como a acima citada, ajudaria a minimizar essa discrepância.

Não se pode afirmar apenas com esse pequeno recorte de jornal, mas provavelmente existiria nas ruas uma gama de crianças negras que estavam crescendo marginalizadas, já que em 1871 havia sido promulgada a lei do ventre livre, e essa era uma forma de minimizar a ociosidade e também uma maneira de preparar minimamente as crianças, pois pelo menos o comércio, por mais ínfimo que fosse, precisaria de pessoas com uma educação básica.

A mesma notícia veiculada no Boletim do Grande Oriente do Brasil teve também um destaque no jornal:

Movimento Maçônico – (...) A Loja Goytacaz, de Campos, deliberou subvencionar a sociedade *Propagadora da Instrucção* com 200\$000 annuaes, e os membros presentes resolverão quotizar-se para não sobrecarregar o cofre da Loja.⁴⁷

Essa divulgação era interessante para a Maçonaria. O Boletim era um periódico de circulação interna da Ordem. Entretanto, tal notícia ser veiculada em um jornal como esse em que as pessoas que teriam acesso não eram apenas àquelas que eram ligadas à Maçonaria, apresentava ponto positivo ao movimento da educação.

Nas duas seguintes noticias veremos que a Maçonaria era atacada por algumas camadas sociais, como coloquei anteriormente, a Igreja Católica e as pessoas que estavam mais ligadas a ela e que, segundo os maçons, cometiam calúnia na forma em que se dirigiam a sua Ordem, vejamos:

Eschola Nocturna – Pessoa que viajou pelo município de Nova-Friburgo e visitou a eschola nocturna fundada e sustentada pela Loja Isis, daquella cidade, informa-nos de que é Ella freqüentada por cerca de cinquenta adultos.

⁴⁶ *Noticiario*. A Família Maçônica, Rio de Janeiro, Sexta-feira 16 de Abril de 1875, p.2, Nº23 Anno IV.

⁴⁷ *Noticiario*. A Família Maçônica, Rio de Janeiro, Domingo 18 de Julho de 1875, p. 2, Nº36 Anno IV.

É bello de ver-se o modo por que a Maçonaria promove o bem social em quanto os seus adversários empenhão-se em guerreal-a pela Calumnia e pela intriga⁴⁸.

Como também:

Fastos da Maçonaria – A Loja Caridade e Silencio, ao Val.: de Corumbá, província de Mato-Grosso, deu ha dias liberdade a um escravo de dez annos, quotizando-se para esse caridoso fim todos os irmãos do quadro. Os infelizes presos são também sustentados pela mesma Loja, que há muito tempo sustenta uma eschola naquella Villa. E os abutres de sotina não cessão de calumniar a nossa pia associação, elles que pretendem inutilmente entravar a marcha da civilização e eternisar a ignorancia mentindo constantemente ás sublimes doutrinas do nosso Divino mestre.⁴⁹

Um periódico como esse seria interessante para promover e divulgar as ações da Maçonaria que desde o século XVIII era perseguida pela Igreja Católica, forte aliada do Estado Católico Brasileiro ao longo do século XIX. Vários documentos foram propagados por papas católicos que condenavam a Maçonaria como relatados a seguir: em 24 de abril de 1738, o papa Clemente XII, encíclica, *IN EMINENT* (o primeiro documento em que um Papa condena abertamente a Maçonaria). Depois deste se seguiram: Benedicto XIV, *Providas*, em 18 de maio de 1751; Pio VII, *Ecclesiam a Jesu Christo*, em 13 de setembro de 1821; Leão XII, *Quo Graviora*, em 13 de março de 1825; Pio VIII, *Traditi Humilitati*, em 24 de maio de 1829; Gregório XVI, *Mirari Vos*, encíclica, em 15 de agosto de 1832; Pio IX, *Qui Pluribus*, encíclica, em 9 de novembro de 1846; Leão XIII, *Humanum Genus*, encíclica, em 20 de abril de 1884; Leão XIII, *Dall Alto Dell Apostólico*, Seggio com a encíclica, em 15 de outubro de 1890.

Pela quantidade de documentos contrários à Maçonaria que elencamos anteriormente, podemos perceber que a relação entre a Maçonaria e a Igreja Católica não era amistosa. Todos os documentos citados fazem referência a Maçonaria. Os únicos que não tocam diretamente no tema são: a encíclica de Pio IX, mas que fala de correntes progressistas que estão entrando no corpo da Igreja, e a encíclica de Gregório XVI que condena o indiferentismo religioso e que não basta ser “reto e honesto”.

⁴⁸ *Noticiario*. A Família Maçônica, Rio de Janeiro, Domingo 3 de Outubro de 1875, p.1, Nº47 Anno IV.

⁴⁹ *Noticiario*. A Família Maçônica, Rio de Janeiro, Domingo 5 de Dezembro de 1875, p.2, Nº56 Anno IV.

Por essas acusações feitas à Maçonaria pela Igreja Católica e divulgadas pelos papas, uma boa parte da população tinha receio quanto a esta instituição. Por causa disso, seus membros achavam que fazendo a divulgação dos seus “bons atos”, como no caso da educação, poderiam contribuir para mudar a imagem negativa que se tentava construir com relação à Maçonaria.

Nos dois conjuntos de notícias que elencamos anteriormente pudemos perceber que, em uma das vezes, uma Loja Maçônica da cidade mantinha uma escola noturna com o intuito de alfabetizar os adultos e vimos a exaltação que o responsável pela matéria trata a Maçonaria quando diz que ela promove o bem social. No caso das matérias do Jornal ‘A Família Maçônica’ pudemos acompanhar as campanhas engendradas pela Ordem Maçônica pela libertação dos escravos, e não só a liberdade, mas a preocupação em garantir aos libertos alguma instrução. Entretanto, vale salientar que os custos políticos e sociais de perseguição aos membros da Maçonaria para a manutenção de atitudes como essas eram altos.

Veremos mais adiante como as pretensões educacionais da Maçonaria culminaram nas reformas educacionais de Rui Barbosa, como alguns ideários maçônicos, como nacionalismo, cientificismo e positivismo estão colocados nessas propostas.

O Jornal A Família Maçônica traz em sua primeira edição do ano de 1876 o resultado das aprovações da escola noturna mantida pela Loja Isis referida por nós anteriormente:

(...) encerrou as suas aulas do anno passado no dia 7 de dezembro procedendo-se a exames dos alumnos que a frequentão desde a sua creação a 7 de Setembro ultimo.
Os numerosos assistentes a esse acto ficarão sorprendidos do notável adiantamento produzido, graças aos systema de ensino adoptado pelo digno e modesto professor. (...).⁵⁰

Na matéria anterior vimos que a escola mantinha cinquenta alunos e, infelizmente, na matéria que divulgava os exames realizados, não se tem notícia do número de alunos aprovados, apenas refere-se ao “adiantamento”. Todavia, apesar da notícia não trazer o número de alunos existentes no final das aulas, percebemos que havia a preocupação em fazer esses aprendentes progredirem na educação.

Foi recorrente, na pesquisa que realizamos, que quando um jornal promove matérias sobre a educação agrega a palavra progresso, indicando que a educação seria um dos meios de

⁵⁰ Noticiario. A Família Maçônica, Rio de Janeiro, Domingo 2 de Janeiro de 1876, p.2, Nº59 Anno V.

fazer a sociedade brasileira “evoluir” - termo esse que aparece de forma constante no pensamento positivista do século XIX. Acompanhemos por meio do trecho do jornal:

Aula Nocturna – Na cidade de Victoria continua a funcionar a aula nocturna mantida pela Loja Maçonica – União e Progresso – dirigida pelos irmãos Lellis Horta e Alexandrino Paiva –
Avante obreiros do progresso!⁵¹

Na matéria acima vemos mais especificamente os maçons dirigindo as aulas, tanto que são chamados pelo responsável pela nota no jornal de “obreiros do progresso”. Torna-se pertinente vermos que em alguns casos a Ordem não cedia apenas espaços físicos, ou mesmo despendia quantias em dinheiro para a instrução, mas os seus próprios obreiros encampavam essa “luta” pelo que eles chamavam de “pão da alma”.

Apesar da educação não ser uma “política maçônica” nacional vimos, através desses relatos transcritos para o Jornal ‘A Família Maçonica’, que as ações em prol da instrução iam se espalhando ao longo do Brasil e ao longo do tempo. Podemos observar mais uma nota presente no referido jornal:

Instrução Gratuita – Em Campinas reabrirão-se a 9 do corrente as aulas a escola nocturna, sustentada pela Loja Maçonica Independência⁵².

Dentre as publicações obtidas pela pesquisa que realizamos na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, encontramos uma que trata da visita do Maçom (e Grão-Mestre do Grande Oriente Unido do Brasil – O Grande Oriente dos Beneditinos) e, à época, Deputado Geral Joaquim Saldanha Marinho, que também respondia pelo pseudônimo de Ganganelli, nas províncias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nessa sua visita foi ovacionado pelos maçons locais que através da Loja Modéstia remeteram uma prancha⁵³ ao jornal:

Que nos membros da comissão abraçava os irmãos da *Loja Modestia*, abraço que, ao transmitir-lhes, pedia que lhes tivessem ver que muito se achava penhorado pela prova de amizade que lhe demosntravão;

⁵¹ *Noticiário*. A Família Maçonica, Rio de Janeiro, Sexta-Feira 25 de Março de 1881, p.3, Nº135 Anno VIII.

⁵² *Noticiário*. A Família Maçonica, Rio de Janeiro, Segunda-Feira 23 de Janeiro de 1882, p.3, Nº144 Anno IX.

⁵³ A palavra “prancha”, na maçonaria, é qualquer comunicação por escrito: uma carta, um informativo por exemplo.

Que trabalhassem pela instrução do povo, e por todos os melhoramentos sociaes, porque elles importavão o melhoramento de nacionaes e estrangeiros, realizando assim o ideal da Maçonaria que em seu progresso não distingue nacionalidades, por isso que é universal⁵⁴.

Essa informação foi retirada do Jornal Fraternidade que circulava em Fortaleza, mas o jornal citado havia retirado essa informação do Jornal Commercio do Paraná. É interessante essa passagem, pois algo que está acontecendo no sul do país repercute na Maçonaria no outro extremo, isso ressalta o que o orador diz no seu discurso que a “Maçonaria em seu progresso não distingue nacionalidades, por isso que é universal” e se tratando da extensão territorial brasileira e em um período em que a mobilidade não era tão fácil, essa universalidade pode até ser entendida como o nosso país.

Vale salientar ainda outro ponto crucial do discurso, ou seja, quando ele fala do “melhoramento de nacionaes e estrangeiros”, pois nesse período havia uma forte influência dos italianos que começavam a imigrar para o Brasil e que justamente se estabeleciam na região sul do país. Sabemos que a Itália é um dos mais fortes pilares da Maçonaria no século XIX. Esse discurso de caráter agregador e universal é algo que permeia a Maçonaria até os nossos dias, pois como ela é uma instituição de caráter mundial, o maçom que se identificar como tal será recebido em qualquer parte do mundo.

No mesmo Jornal, só que em outra seção, destaca-se a seguinte notícia:

ESCHOLA POPULAR

De ordem do director encarregado da matricula faço publico que se acha aberta a matricula da Eschola Popular até o dia 15 de Março próximo
Diretor - Secretario – J. Hermano
Fortaleza, 18 de Fevereiro de 1875⁵⁵.

Claro que essa ideia de instrução cabia nos moldes defendidos por essa ordem, mas principalmente no contexto do liberalismo e da necessidade de criação de um povo instruído objetivando promover o progresso da nação. Esse era o pensamento dos dirigentes maçônicos, como vimos em momentos anteriores do texto.

⁵⁴ *Revista da Imprensa*, Fraternidade, Fortaleza, 19 de Fevereiro de 1875, p.2, Nº 54 Anno II.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 4.

Outro jornal que trouxe alguns exemplares que tratavam acerca da intersecção entre a Maçonaria e educação foi o periódico maçônico “A Acácia” que circulava na cidade de Porto Alegre. Ele nos traz um projeto de reforma da Constituição do Grande Oriente do Lavradio e, no seu artigo 9º, nos remete o seguinte:

Art. 9º - O Gr.: Or.: do Brasil garante aos seus associados em particular e em geral à humanidade:

§1º - Proteção e auxilio

§2º - Socorro e proteção aos filhos, viúvas e pais dos MMAç.: quando em necessidade;

§3º - Instrução do povo

§4º - Fundação de escolas para a ilustração da humanidade⁵⁶

O resumo do artigo já diz que são as garantias que o Grande Oriente do Brasil deverá dar não somente aos seus participantes, mas à comunidade que venha a abranger. Os dois primeiros parágrafos tratam exclusivamente das pessoas que tem alguma ligação com a Ordem Maçônica. Já os dois últimos tratam da comunidade em geral e de como a Maçonaria deve se comportar ante a educação.

Segundo essa proposta, a Maçonaria deveria ser uma das instituições propagadoras da educação, instruindo o povo e fundando escolas “para a ilustração da humanidade”, e é interessante essa ideia de trazer a luz ao povo através da educação, ou seja, livrar as pessoas da escuridão da ignorância. Essa prática de fundações de escolas pela Maçonaria já vinha de exemplos exteriores como vimos anteriormente, e também ganhou corpo aqui no Brasil desde o século XIX com intenções como essas e se concretizaram ao longo do século XX com a estruturação, formalização e menor perseguição à Maçonaria.

No mesmo Jornal em uma edição posterior, mas ainda do mesmo ano, vemos uma resolução de uma Loja que pretende dar um tratamento diferenciado aos professores que pretendam ingressar na Maçonaria:

Uma Resolução importante

A Loja symbolica “Zur Eintracht⁵⁷” resolveu em sua sessão de 14 do corrente aceitar a seguinte proposta apresentada pelas luzes da casa:

“A Loja Zur Eintracht” resolve:

⁵⁶ Interior. A Acácia, Porto Alegre, 16 de Abril de 1876, p.3, Nº 15 Anno I.

⁵⁷ A sentença *Zur Eintracht*, em alemão, significa Concórdia (Tradução do autor).

Art. 1º - Aquelles professores que pela sua vida e costumes são dignos de pertencerem á ordem dos Franc-maçons e são propostos nessa Loja com as formalidades do rito, podem ser aceitos e iniciados independe do pagamento de jóia⁵⁸ e mensalidades.

Art. 2º - Taes professores devem ser propostos na forma de costume por um irmão, que sirva de fiador e a Loja, além das syndicancias do costume, nomeara uma comissão especial que relatará em sessão sobre a vida, os costumes e as habilitações profissionais do individuo, depois de especial syndicancia.

(...)

A medida que acaba de adptar a Loja “Zur Eintracht” é de grande alcance e inegável magnitude.

Sendo o melhor, senão o único meio de que dispõe a Maçonaria para diffundir a luz em todas as camadas do povo, a instrucção popular, é inegável a conveniência que ha em chamar-se ao gremio da nossa Jubl.:

Ord.:⁵⁹ o maior numero possível de instructores da mocidade⁶⁰.

Essa Loja havia sido fundada no ano de 1874, na cidade de Porto Alegre, e à época da promulgação dessa resolução era muito jovem ainda, mas já tomava uma atitude importante: a de facilitar a entrada de professores no seu quadro com isenção do pagamento das jóias e de mensalidades. Essa foi a maneira encontrada pela Loja de poder ter em seus quadros pessoas que se importavam com a instrução e aqueles que faziam parte da Loja viam a importância de ver os professores junto com eles e, conseqüentemente, queriam “o maior número possível de instructores da mocidade”.

Sáimos de um Jornal do Rio Grande do Sul e veremos agora uma nota em um Jornal de Alagoas:

ESCOLA NOCTURNA “COTINGUIBA” – Sob esta epigraphe lemos no “Momento” do visinho Estado de Sergipe:

Vae prestando relevantissimos serviços á pobreza desta terra a aula gratuita sob a direcção do professor Manoel Dario de Oliveira, aberta no salão da “Loja Cotinguiba”, no dia 1 do corrente.

A matricula de alumnos, que são na sua maioria pobres mas honestos trabalhadores, ascende ao numero de noventa.

Eis o que é comprehender a verdadeira missão da Santa Caridade: é esbater com a luz calma e suavissima da instrucção as trevas da ingorancia.

(...)⁶¹

⁵⁸ Jóia é o valor que é proposto para poder ser iniciado, algo como uma “matrícula”.

⁵⁹ Jubl.: Ord.: significa Jubilosa Ordem.

⁶⁰ *Noticiario*. A Acácia, Porto Alegre, 18 de Junho de 1876, p.3, Nº 54 Anno I.

⁶¹ *Resenha*. Jornal A Luz, Alagoas - Penedo, 22 de Janeiro de 1903, p.2, Nº 9 Anno II.

Nesse recorte podemos mais uma vez, apreender uma Escola mantida com ajuda da Maçonaria que cede os seus espaços para que pudessem ser ministradas aulas gratuitas para os pobres. Segundo o relato, cerca de noventa alunos estavam matriculados nas aulas, número esse que pode ser visto como uma quantidade considerável para ser mantida por uma Loja. Não sabemos até que ponto acontecia essa ajuda, ou seja, se ficava apenas em ceder o espaço físico, ou se materiais necessários para manter a educação eram mantidos também pela Loja, ou se aconteciam parcerias com o Estado Provincial, mas é perceptível que os maçons viam essa propagação da instrução como uma missão e, no caso de Alagoas, como uma “Santa Caridade”.

2.2 Rui Barbosa⁶² e a Maçonaria

Torna-se interessante que, ao abordarmos esse tema de Educação e Maçonaria, possamos ver que existiam maçons que se destacavam em ações nacionais em prol da educação, não levando o nome da Maçonaria propriamente nos seus discursos sobre a educação, mas em conexão com o ideário maçônico. Este foi o caso de Rui Barbosa que embora não possamos afirmar que unicamente por ser maçom engendrou a defesa pela educação no Brasil, mas que como intelectual ele o fez e, por ser maçom, pode ser tomado como um exemplo de “advogado da educação”.

Rui Barbosa ingressou na Ordem Maçônica através da Loja América no dia 1º de Julho de 1869. A Loja ainda estava no início da sua caminhada maçônica, já que tinha sido fundada em 9 de novembro de 1868 e regularizada em 7 de julho de 1869. Para ser iniciado na Maçonaria ele teve que ter a sua idade alterada, pois no ano da sua iniciação ele tinha apenas 20 anos e as leis maçônicas limitam a idade mínima de 21 anos. Mas era uma prática comum quando queriam que alguém específico pertencesse ao quadro da Ordem. Na mesma Loja também foram iniciados homens de renome tanto na educação quanto na política. Entre eles estão: Joaquim Nabuco, Luis Gama, Américo Brasiliense e Pedro Toledo. Essa loja era jurisdicionada ao Grande Oriente do Brasil da Rua dos Beneditinos, na época liderado por Joaquim Saldanha Marinho. Esse corpo maçônico havia sido criado após uma dissidência com o Grande Oriente do Brasil que se situava na Rua do Lavradio, nº 97, no Rio de Janeiro, cujo nome foi adotado para que houvesse essa diferenciação entre as duas Lojas. Essa

⁶² Na bibliografia analisada, em alguns momentos, o nome do autor estudado aparece de forma diferente, algumas vezes como Ruy e outras como Rui. Preferimos adotar a última grafia.

potência ficou independente até 1883, quando foi reincorporada pelo Grande Oriente do Brasil, e conseqüentemente, a Loja América também passou à sua obediência.

O convite de ingresso à Maçonaria havia sido feita a Rui Barbosa pelo seu então professor da Faculdade de Direito e sobrinho de José Bonifácio de Andrada e Silva, o Venerável Mestre da Loja (Presidente), Antônio Carlos de Ribeiro Andrada. Este percebia em Rui Barbosa um homem muito inteligente e que poderia engrandecer muito os quadros da jovem Loja, já que ela tinha sido fundada apenas um ano antes da sua iniciação, em 1868.

Após ingressar na Maçonaria e ter recebido o grau de mestre, Rui Barbosa se torna o Orador da Loja (o guarda das Leis) e entra em ferozes embates com o Venerável e professor acerca de temas como a abolição da escravidão e questões relacionadas à educação. É interessante notar que em todo o discurso de mudanças na educação brasileira, Rui Barbosa faz lembrar, nas entrelinhas, um dos mais importantes princípios da Maçonaria que é o de se combater a ignorância bem como os princípios positivistas e nacionalistas do final do século XIX. De acordo com esses princípios, ele escreve um projeto de Lei Maçônico e o expõe na assembléia dos maçons da Loja para que fosse debatida. Quando aprovada, ela foi levada para o Grão-Mestrado do Grande Oriente do Brasil da Rua dos Beneditinos que, na época, era liderado por Joaquim Saldanha Machado. A lei dizia que:

Todas as Lojas Maçônicas ficavam obrigadas a se empenharem na propagação dos princípios da emancipação dos escravos e na educação do povo. Em seus orçamentos, 1/5 seria destinado ao alforriamento de crianças escravas.

Ninguém poderia receber iniciação Maçônica sem antes declarar, por escrito e perante testemunhas idôneas, que libertaria todas as crianças do sexo feminino que, daí em diante, lhe pudessem provir de escrava sua.

Aqueles que já eram iniciados seriam obrigados a lavrar igual compromisso, a partir da promulgação da lei maçônica⁶³.

Essa proposta de lei nos indica a preocupação do autor com as questões abolicionistas, seja relativo à escravidão física ou intelectual. Ainda hoje, a Maçonaria abraça essas duas causas - tanto a da educação, propondo essa “educação do povo”, como também a da luta pela

⁶³ Retirado do site: <http://www.triumphododireito.triunfo.nom.br/tbruibarbosa.htm>, acessado no dia 28/07/2009. Esse projeto de Lei pode ser visto também em uma moldura que fica em exposição na Fundação Casa de Rui Barbosa.

abolição de qualquer modalidade de trabalho escravo. Nessa época, a Ordem contava com homens nas posições mais influentes do país, o que facilitava, em muitos casos, a outorga das proposições enviadas que muitas vezes surgiam nas discussões dentro dos Templos Maçônicos.

Observamos que a Maçonaria, ao longo de sua história em terras brasileiras enfrentou algumas lutas em torno da educação, não somente com maçons que construísem essa luta, mas que como instituição fazia algumas ações em prol desse assunto como podemos observar na citação de Oliveira (1995, p. 86) que transcrevemos em seguida: “25 de junho de 1834 – O Grande Oriente do Brasil resolve custear a educação de 15 meninos e 5 meninas.” Ações como essa aconteceram na história da Maçonaria durante todo o século XIX e perduraram até o século XX, como veremos mais a frente no nosso trabalho.

2.3 Rui Barbosa e suas propostas educacionais

Quando nos debruçamos sobre a história da educação no Brasil logo percebemos que um dos personagens mais referenciado pela historiografia do final do século XIX é Rui Barbosa, que se destacou como representante do campo político. Contudo, Rui Barbosa se destacou também por suas atividades no campo do Direito e por sua luta em favor de uma reforma educacional no Brasil. Além disso, por ser maçom, Rui Barbosa ideou projetos nos Templos Maçônicos que foram postos em prática a partir de discussões com a Assembléia da Loja.

Rui Barbosa, como jurista, sempre lutou ao lado dos liberais com propostas, ditas por ele, emancipacionistas. Ele foi o representante do Brasil na Segunda Conferência de Paz de Haia, na Holanda, substituindo Joaquim Nabuco – que era, naquele momento (1906), embaixador do Brasil em Washington. Foi nessa mesma conferência que Rui Barbosa foi reconhecido em escala internacional por seus conhecimentos jurídicos e sua brilhante oratória. A partir daí, ele ficou conhecido como “Águia de Haia” segundo ZIMMERMAN (2007).

Durante boa parte do século XIX o Brasil era uma sociedade em grande parte dual constituída basicamente de senhores e de escravos, mas no meio desses existiam os trabalhadores livres que cresciam, todavia existam em um menor número. As atividades econômicas durante esse período apenas mudaram o eixo produtor e a atividade agrícola que, no início do século, se concentrava no nordeste com a cana-de-açúcar e, no final do século

com o aumento do preço do café, no mercado internacional. Essa base econômica transfere-se para o sudeste, em especial para o interior de São Paulo, centralizando não só o poder econômico, mas também o político.

Esse modelo de sociedade deixava a camada média da população à sua margem, já que essas pessoas em geral eram desprovidas de terras ou as tinham em uma quantidade muito ínfima. Diante da situação em que se encontravam, as pessoas das camadas médias procuravam se apropriar de atividades “mais dignas”, ou seja, faziam trabalho braçal como comércio e pequenas lavouras, mas para ascender socialmente começavam a buscar, na instrução, uma porta para a ascensão social. Com isso, acabavam aliando-se às oligarquias rurais visando o reconhecimento e o fortalecimento da classe média basicamente urbana e que detinha em suas mãos os comércios, como também grande parte dos profissionais liberais.

Para entendermos essa necessidade da classe média precisamos perceber que no século XIX a instrução pública gratuita e “universal”, no Brasil, era limitada apenas ao ensino das primeiras letras e mesmo assim, esse acesso era restrito apenas aos cidadãos. Com isso, excluía-se os escravos. A partir daí, cabia à família, se essa tivesse opção, de procurar um meio de fazer os jovens ingressarem nos cursos preparatórios para os cursos superiores que, em geral, eram administrados pelos liceus provinciais até 1889 Segundo NASCIMENTO (1997, p. 25), e depois estaduais. Essa era a única forma de acesso à instrução superior, por isso facilitava as oligarquias a se manterem e a se legitimarem no poder.

É nesse meio que surge Rui Barbosa⁶⁴, e foi no âmbito político que se deu a sua maior contribuição para a educação brasileira. Era nos seus pareceres sobre a Reforma do Ensino Leônicio de Carvalho - Decreto nº 7.247 de 19 de Abril de 1879 - que surgia a sua perspectiva para a educação no Brasil – uma visão educacional proposta por Rui Barbosa.

2.3.1 As propostas de Rui Barbosa acerca da reorganização dos graus de ensino

Rui Barbosa tinha planos de mudança para a educação começando pela divisão da instrução em jardins de criança, escolas primárias, cursos profissionais, escolas normais, liceus e o ensino superior. Essas suas propostas foram debatidas no campo da política e foi

⁶⁴ Nascido em 1849 na Bahia ingressou na Faculdade de Direito de Olinda em 1864 e concluiu seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo em 1870.

assim que ele conseguiu levar as discussões para o legislativo, uma vez que ele era deputado representando a província da Bahia.

A fim de entender as reformas propostas pelos seus pareceres, iniciamos com os Jardins de Criança. Rui Barbosa relatou, através de experiências com o modelo de Froebel,⁶⁵ o qual se baseava no desenvolvimento natural das crianças, que a tarefa da educação era ajudar o homem a conhecer a si mesmo - em se tratando dos jardins de criança, a conhecer os brinquedos.

Apesar de perceber e de explanar sobre as experiências positivas obtidas em outros países, foram ferrenhas as críticas impostas a Rui. Entretanto como vemos em Nascimento (1997, p. 8):

Mesmo assim insiste na criação dos Jardins de Crianças, acreditando que os seus frutos, com o tempo, modificariam o modo de pensar daquelas pessoas. A criação e o funcionamento de tais estabelecimentos de ensino deveriam ser assegurados através de recursos públicos, sem excluir a iniciativa particular, desde que adequadamente orientada.

Essa educação deveria ser efetuada em três anos, com as crianças entrando aos quatro anos e saindo aos sete anos de idade. No último ano do jardim de crianças deveria ser criada a classe intermediária, que serviria de preparação para a escola de primeiras letras. Fazendo essa modificação no ensino às crianças, conforme o autor, estas chegariam mais preparadas para o ensino primário.

Esse novo degrau na educação, proposto por Rui Barbosa, deveria contar com professoras que tivessem uma preparação especial para lidar com essa faixa etária e isso deveria estar inserido nos cursos das escolas normais. Essa foi uma barreira que Rui tentou quebrar com o método froebeliano - já que para o senso comum da época a criança deveria apenas brincar, logo esse método adapta as brincadeiras como uma preparação para os primeiros ensinamentos.

⁶⁵ Friedrich Wilhelm August Froebel (1782-1852). Pedagogo alemão. Defensor de maior liberdade na educação das crianças e criador do modelo de jardim de infância adotado em todo o mundo.

O método de Froebel era muito bem visto, principalmente pelo modelo educacional norte-americano, uma vez que esse sistema era muito utilizado para a educação da classe operária dos países onde ela foi posta em prática e também para aprimorar os trabalhos manuais tão necessários para a indústria da época.

Rui Barbosa foi além da visão pedagógica. Ele partiu para uma visão que articulou educação e mundo do trabalho percebendo a criação e a força de uma classe operária necessária para a ascensão da burguesia nacional, pois sem mão de obra não há produção. Podemos observar essas intenções em Boto (1999, p.5):

Acerca disso pode-se tomar Rui Barbosa como um exemplo da ilustração liberal brasileira na rota do desenvolvimento do país. Em seus pareceres sobre a reforma do ensino primário, o autor apresenta nitidamente sua concepção sobre o terreno a ser cultivado. A prosperidade da nação deveria se aliar ao trabalho; e este, a seu corolário intrínseco: a instrução popular.

Para o entendimento de Rui Barbosa, o Brasil deveria se espelhar nas experiências positivas dos países desenvolvidos e, a partir daí, desenrolar o seu sistema de instrução pública rumo a um projeto de democratização pedagógica e política.

O segundo degrau nessa “escada educacional” era a escola primária. Essa deveria ser modificada, já que esse ensino já existia no Brasil. O que ele propunha eram apenas algumas adaptações, em função dos aspectos positivos obtidos com as experiências em outros países.

Era nesse ponto em que ele previa encontrar uma maior dificuldade, sendo assim, ele “deveria lutar contra a mais arraigada de todas as rotinas: a rotina pedagógica. Para se assegurar de que sua proposta não seria mais uma a ser engolida pela tal rotina, descreve seus mínimos detalhes” (NASCIMENTO, 1997, p. 10). Os professores já tinham uma prática pedagógica, por isso seria mais difícil do que começar um projeto do início.

Por conta das dificuldades existentes, ele elaborou toda a composição dessa escola primária que havia proposto. A prática pedagógica é, até hoje, um forte instrumento nas mãos dos professores que, muitas vezes, deixam de lado os projetos pedagógicos e atuam de forma “independente” para impor o seu método e o seu conteúdo. Essa era uma época em que a fiscalização dessas questões não era algo primordial, já que a legislação em torno da educação

era escassa, quando não inexistente e, portanto, necessitava de toda cautela na elaboração desse projeto.

As escolas primárias foram então subdivididas em três graus, cada um com as suas devidas especificações de tempo, de duração e de currículo como ilustrado na tabela 1.

Tabela 1. Subdivisões dos Graus de Escolaridade Propostos por Rui Barbosa

Primeiro Grau (1º)	Segundo Grau (2º)	Terceiro Grau (3º)
- Escola elementar - Continuação do jardim (previamente mencionado) - Teria dois anos de duração.	- Escola primária média - Teria dois anos de duração	- Escola primária superior - Teria duração de três anos

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados obtidos em Boto (1999).

A fim de promover um forte alicerce para as suas subdivisões dos graus de escolaridade e de diminuir a probabilidade de sua proposta ser rechaçada, Rui Barbosa teve como base metodológica os diferentes estudos que Bacon, Comenius, Pestalozzi, Froebel, Fenelon e Rabelais conduziram, independentemente, acerca dessa ideia.

Havia também nesses modelos curriculares propostos um acréscimo de assuntos comparados aos que existiam no momento. Rui Barbosa percebia que o seu modelo educacional visava mais do que o ensino propriamente dito, visava a sua combinação com o esclarecimento intelectual e a instrução.

A inspiração para tais modelos curriculares veio do método implantado no 2º grau – *high school* – nos Estados Unidos, assim como também dos modelos propostos por Herbert Spencer. Entre essas propostas, a do ensino primário superior é vista como inovadora para o modelo brasileiro. Ela havia sido pensada para aquelas pessoas que, ao concluir o ensino primário médio, não quisessem ingressar nos cursos profissionais – para se especializar em

alguma profissão – ou não pretendessem ingressar nos liceus – para os cursos preparatórios para as universidades. Desse modo, o ensino primário superior tinha a função de outorgar um título, como vemos em Nascimento (1997, p. 12 *apud* BARBOSA, 1947, IV, p. 95):

Este título deveria ser introduzido no Brasil, como, aliás, já vinha sendo adotado nos países mais avançados. As vantagens conferidas por tal certificado seriam: 1º em igualdade de condições conferiria preferência para os lugares de nomeação do governo, e 2º dispensaria do exame de língua vernácula para admissão em estabelecimentos de ensino superior e em concursos para empregos administrativos.

Dando continuidade às propostas de Rui Barbosa, os alunos que terminassem a escola primária média poderiam escolher três caminhos. O primeiro, já discutido anteriormente, seria o de cursar o terceiro grau. O segundo, para aqueles que quisessem uma profissão, mas sem seguir para a faculdade, era fazer cursos profissionais. O terceiro seriam os liceus, destinados para aqueles que desejassem entrar na universidade. Note que nem o terceiro grau nem os cursos profissionais preparavam para ingresso na universidade, apenas o liceu tinha esse caráter preparatório.

Para que houvesse uma legalização desses cursos era necessário que houvesse uma fiscalização que ficaria sob a responsabilidade da Escola Normal de Arte Aplicada. Essa fiscalização se daria nas escolas públicas e também nas mantidas pela iniciativa privada.

Rui Barbosa também pretendia implantar modificações na Escola Normal. A sua preocupação com a formação de professores se deu por influência dos pensamentos do século XIX, pois nesse período o ensino era visto como um ‘dom’. Tendo em vista uma unidade na capacitação dos professores, ele percebia a necessidade de se preparar o professor de acordo com as metodologias de ensino.

Nesse mesmo momento histórico, o magistério estava bastante dividido entre os sexos, tanto que existiu a propositura de se criar uma Escola Normal para os homens e outra para as mulheres na capital do Império. Contudo, foi detectado que havia poucas unidades das escolas normais no país. Assim, Rui Barbosa pretendia, subsidiado pelo Estado, aumentar a quantidade de vagas para esses cursos de formação de professores.

Com essas propostas de mudança, Rui Barbosa ansiava que a instrução fosse vista pelo país a partir de um aspecto mais profissional. Isso porque ele entendia que a prosperidade de uma nação só se daria através do investimento na educação. A fim de defender suas ideias, ele levou essas medidas até os políticos para que pudesse haver um debate acerca desse assunto e para convencê-los da importância da formação do povo e da sua ligação com o nosso desenvolvimento.

Nesse ponto do trabalho, após discutirmos sobre esse momento dos ensinos primário e secundário, trataremos de explicar rapidamente sobre a função e as mudanças que deveriam ocorrer nos Liceus.

O Liceu funcionava como o ensino secundário preparatório para os cursos superiores e, para que houvesse mudanças em todos esses tipos de colégios que existiam em todas as províncias, foi proposto que se mudasse o Colégio Pedro II - já que ele servia de modelo para todas as outras instituições similares no Brasil.

Com a ocorrência dessas modificações, os cursos preparatórios que existiam anexos às Faculdades de Direito de São Paulo e Recife foram extintos. O objetivo era criar o curso secundário de Ciências e Letras em todos os Liceus, os quais seriam mantidos pelo Governo. Poderiam existir cursos do gênero nas escolas particulares, entretanto, elas não poderiam conceder o grau de bacharel em ciências e letras. Para que essas escolas se submetessem, indiretamente, ao mesmo conteúdo proposto aos colégios públicos, os oriundos daquelas instituições só poderiam ingressar nos cursos superiores após passarem nos exames preparatórios, que ficavam a cargo do Governo e que seguiam o modelo do Liceu Imperial Pedro II.

O país que era extremamente rural estava crescendo com as construções de fábricas e a emergência dos centros urbanos, caracterizando uma evolução. Essa transição ocasionou um aumento no número de pessoas que ingressavam nos cursos superiores e, com isso, proporcionando a criação de uma nova camada de trabalhadores especializados para suprir as necessidades que estavam surgindo no país.

As mudanças propostas tiveram uma menor inserção no ensino superior, já que era destinado basicamente para os filhos das classes mais abastadas. Segundo Nascimento (1997, p.33):

Isto se deve a alguns fatores: 1º) não havia uma distribuição homogênea de cursos superiores pelo território nacional, obrigando grande parte do alunado a viver longe da família; 2º) *os estudos exigiam que o aluno estivesse liberado do trabalho até a idade adulta*⁶⁶; 3º) os estudos, que eram tidos como gratuitos, na realidade cobravam taxas de matrícula – 25\$ por matéria – e exigiam o pagamento de propinas aos professores por ocasião dos exames – 15\$ por matéria. É certo que o total arrecadado por si só não seria suficiente para manter as escolas superiores, mas para os alunos não deixava de ser um desembolso além dos outros necessários ao material escolar e vestuário.

Essas limitações eram impostas para impedir que as classes menos favorecidas ingressassem nesses cursos. Era apenas mais uma clara forma de manipulação exercida pelas classes dominantes. O próprio Rui Barbosa percebia que nos cursos superiores se formava uma classe intelectual nacional, capaz de resolver os problemas locais e, ao mesmo tempo, manter o *status quo*.

Por tudo o que foi exposto, é possível confirmar os esforços de Rui Barbosa para incentivar mudanças em todos os graus de escolaridade, uma vez que ele acreditava que a liberdade e a criação de uma identidade própria para o Brasil estavam na educação. Podemos ainda dizer que Rui Barbosa viu na prática do Direito, nas inserções políticas e na Maçonaria os caminhos que ele precisaria percorrer para, entre outras coisas, colocar em prática seus planos de mudanças para a educação brasileira. Apesar de ter passado pouco tempo na Ordem, ele foi reconhecido pelos membros da Ordem como alguém que soube respeitar e praticar os princípios que são apresentados durante a ritualística da iniciação.

No capítulo seguinte trabalharemos com a Escola Padre Azevedo, uma Escola subsidiada pela maçonaria fundada em 1957 e que funciona até a atualidade.

66 Grifo do autor.

CAPÍTULO 3 - ESCOLA PADRE AZEVEDO – UM MODELO PARAIBANO DE AÇÃO DA MAÇONARIA NA EDUCAÇÃO

Ao pensarmos nessa ligação entre a Maçonaria e a Educação na Paraíba devemos atentar para a Escola Padre Azevedo, uma instituição escolar criada no ano de 1957, a primeira escola com ligações diretas com a Maçonaria fundada na cidade de João Pessoa. Para entendermos a história da escola é interessante que se perceba o porquê desse nome, ou seja, quem foi o Padre Azevedo, aquele que empresta seu nome para a Escola e que também dá nome a uma Loja Maçônica na cidade.

O Padre Azevedo, que tinha o mesmo nome do seu pai Francisco João de Azevedo, nasceu na Província da Paraíba do Norte em 4 de março de 1814. Seu pai que havia nascido em Portugal, “tomou parte ativa na revolução de 1817, na Paraíba, foi comissionado Tenente da Marinha, depois preso, deportado para a Bahia (...)” (MARTINS, 1983, p. 68). Devido a sua participação no processo revolucionário, Francisco Azevedo teve todos os seus bens sequestrados. Mas apesar dessa participação, ele obteve o perdão do governo e pôde retornar à Paraíba e ser comissionado pelo governador da Província, no ano de 1823, para aprender a arte da tipografia.

É nesse momento que o jovem Francisco Azevedo pôde ter as suas primeiras lições como aprendiz de tipógrafo que o fará conhecido futuramente. Tal qual o seu pai que havia aprendido o ofício no Recife, a mando do Presidente da Província da Paraíba, e passava os ensinamentos recebidos para os seus filhos. Ele ficou órfão de pai aos nove anos de idade, e após essa perda a sua família passa por sérias dificuldades financeiras, já que o seu pai era o provedor do lar. Devido a essas dificuldades, somente aos onze anos de idade Francisco consegue se matricular em uma escola de primeiras letras na capital.

Ele consegue concluir o seu curso de primeiras letras, mas não pode ingressar imediatamente no curso secundário, já que o Liceu Paraibano só foi criado em 1836 na Paraíba, e com as condições financeiras da sua família, ele não tinha recursos para frequentar o curso em Olinda, como faziam os filhos das famílias mais abastadas da província. Por conta disso “obrigaram-no a chegar à adolescência ocupado em serviços que de algum modo pudessem auxiliar o sustento da família” (*Ibdem*, p.69).

No início do ano de 1834, em visita à Paraíba, chega o Bispo D. João da Purificação, Marquês de Perdigão. Francisco João de Azevedo foi procurá-lo e colocou o seu desejo de seguir a carreira eclesiástica. Conseguiu convencer o Bispo de que tinha vocação para o sacerdócio e este o encaminhou para o Seminário de Olinda. No final do mesmo ano ele presta os exames preliminares. Sendo aprovado, se matricula em 1835, contando com 20 anos de idade. Permanece no Seminário até ser ordenado Padre, o que ocorre no dia 18 de dezembro de 1838. No mesmo local celebrou a sua primeira missa. Retorna à Paraíba e no ano de 1841 é acusado de envolvimento em uma conspiração contra o presidente da Província, como simpatizante do movimento revolucionário emancipacionista de 1817 na província de Pernambuco. Após esses acontecimentos ele pôde retornar para a cidade de Recife, local esse onde começa a sua carreira de educador e de inventor.

Ao retornar ao Recife passa a lecionar em sua casa conforme nos informa Martins:

(...) passou o padre Azevedo a lecionar no largo do Rosário, casa 266, até 1849, quando fez publicar no *Diário de Pernambuco*, edição de 22 de maio daquele ano, o seguinte “AVISO – O padre Francisco João de Azevedo participa aos pais dos seus alunos que mudou o seu domicílio da rua larga do Rosário para o segundo sobrado do cais do Ramos, aonde continua a ensinar, além de primeiras letras, os preparatórios latim, francês e geometria; e tendo a casa para onde se passou suficientes cômodos, oferece também a quem convier o seu zelo e esforços tendentes ao bom tratamento e progresso dos alunos internos que forem confiados à sua direção. (MARTINS, 1983, p.75).

Começam aí os vínculos do Padre Azevedo com a instrução. Ele tinha a ideia de propagar o conhecimento e de introduzir técnicas referentes aos trabalhos manuais com o intuito de diminuir a rejeição das classes mais abastadas com relação a esse tipo de trabalho, já que esses recorriam sempre às carreiras liberais. O objetivo dele era mostrar que o trabalho mecânico também tem as suas vantagens tanto na lavoura, quanto na indústria e que começava a florescer no Brasil. Ele queria formar uma classe de trabalhadores de artífices instruindo-os para novas profissões e também auxiliar os homens livres e os negros libertos na busca por um trabalho.

Na direção de colocar suas ideias em prática, Padre Azevedo tornou-se também um professor de artes e fundou em Recife, no ano de 1841, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais (*Ibdem*, p.75). Nessa “escola” se ensinava geometria, desenho, aritmética e noções de mecânica prática. Essas aulas eram ministradas no turno da noite, atendendo assim um grande

número de trabalhadores. Seu trabalho frente a essa Sociedade foi reconhecido pelo governo e o nome da Sociedade passa a ser: Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais conseguindo, a partir de então, o auxílio de 700\$000 (setecentos réis) anuais para o seu funcionamento. Quando da visita do Imperador D. Pedro II ao Recife, em 1859, a instituição conseguiu a doação de 1:000\$000 (um conto de réis). Não obstante o seu trabalho na Sociedade, padre Azevedo ainda lecionava em um curso particular de ensino primário e agregando posteriormente o curso secundário, conforme nos informa a documentação consultada até o momento.

Havia exposições nas províncias, no país e no exterior com o intuito de mostrar inventos⁶⁷ a fim de promover a indústria e os inventores. Assim foi que o padre Azevedo mostrou para a comissão idealizadora da exposição o projeto do seu “piano taquigráfico”, mas o sacerdote não dispunha de meios para colocar a sua ideia em prática.

Sobre essa exposição no ano de 1861 vemos:

Logo na primeira, em frente, no outro lado da sala, estava um pequeno e elegante móvel: era a máquina taquigráfica do Sr. Padre Azevedo; era um dos objetos que sem dúvida o Brasil enviaria à exposição de Londres no futuro ano de 1862 e que chamaria sobre si a atenção e o exame das classes industriais da Europa. (MARTINS, 1983, p. 82).

E apesar de lograr êxito como inventor, após a exposição do ano de 1861 no Rio de Janeiro, na qual ganhou a medalha de ouro, ele retorna para a sua rotina de mestre escola no Recife. No ano de 1867 o padre concorre, em um concurso público para o Colégio das Artes, nas disciplinas de aritmética e geometria e consegue o primeiro lugar assumindo, assim, a vaga de professor nessas disciplinas.

Mas a província de Pernambuco estava passando por mudanças. Em 1871, por ordem do Imperador D. Pedro II, assume como Bispo de Olinda, Dom Vital e em maio de 1872 ele passa a comandar a Diocese. Nesse momento a Maçonaria era abolida pela Igreja Católica e o atual Bispo fez questão de colocar as ordens papais em prática na sua diocese clamando para

⁶⁷ Outra característica do Padre Azevedo é a de inventor. Quando frequentou durante algum tempo o Arsenal de Guerra do Recife, ele inventou dois veículos: um para o mar e outro para terra, mas que não foram levados adiante.

que todos os sacerdotes que tinham vínculos com a Maçonaria abandonassem às suas Lojas e retornassem integralmente à Igreja.

Aqueles que não obedeceram às ordens da Diocese foram chamados ao palácio do Bispo para ter com ele uma audiência particular a fim de fazer com que os sacerdotes abandonassem a “seita” maçônica. Entre os sacerdotes convocados estava padre Azevedo. Como podemos acompanhar na súmula da conversa apresentada por Martins (1983; p.94):

Começa D. Vital:

- Muito me atribulou o ter lido o seu nome, no órgão da Maçonaria, como membro da loja *Segredo e Amor da Ordem*. A Igreja proíbe que os fiéis e, mais do que estes os sacerdotes pertençam a qualquer sociedade secreta. (...)
- Sim, um padre não póde pertencer a uma sociedade que sai à luz da publicidade, pelos jornais, como a Maçonaria vem fazendo em todo o Império e nesta mesma cidade, já não há diversos meses, para negar e ridicularizar todos os dogmas da religião, desde o da divindade de Cristo até o da Redenção. Desde o da infabilidade da Igreja até o da Imaculada Conceição da Virgem, conspurcando-a com as abjeções mais soezes. Um padre não pode prestar o seu concurso a uma sociedade que injuria o clero e a hierarquia eclesiástica. (...)
- Saiba v. ex. os motivos que me levaram a entrar na Maçonaria e que me fazem lá permanecer. (...)
- Bem cedo quando freqüentava eu a escola de primeiras letras, faleceu meu pai. Desconsolada, minha mãe sentiu logo a impossibilidade de me fazer continuar os estudos. Paupérrima, era com muito desgosto que via este seu filho constrangido a enveredar por outros rumos. Lembro-me bem o dia em que me foi comunicada a resolução. Rolaram-lhe pelas faces as lágrimas, que buscava ocultar. Quando já me dispunha a aprender ofício em alguma tenda da cidade da Paraíba, com surpresa me mandaram de novo para a escola. Passou o tempo. Vim para o Seminário de Olinda, já tendo todo o curso secundário. Matriculei-me. Frequentei-lhe as aulas até final aprovação. Fui ordenado padre. Certo dia, chegou ao meu conhecimento a forma pela qual minha mãe se saiu da sua aflição e eu me endereçara para os estudos. Soube, então que havia sido educando da Maçonaria. Falecido meu pai, a loja a que pertenceu tomou a seu cargo a minha educação, socorrendo-nos, assim, na nossa penúria.

Percebemos com essa súmula apresentada acima, a motivação de Padre Azevedo em engendrar e defender a Maçonaria, e D. Vital foi um dos maiores perseguidores da Ordem no nordeste.

3.1 A Fundação da Loja Padre Azevedo

Como foi explicado no início do trabalho, por volta do ano de 1927, ocorreu uma grande cisão na Maçonaria Brasileira. As consequências de tal cisão tiveram reflexos também aqui na Paraíba. Quando o Maçom Mario Behring tem a ideia de fundar uma nova potência no Brasil, alguns maçons paraibanos começam a articular como poderiam aderir a essa ideia. Para que se concretizasse a fundação da Grande Loja Maçônica do Estado da Paraíba era imprescindível que três Lojas fizessem esse novo corpo maçônico, mas apenas duas Lojas tinham aderido à ideia de criação de uma nova loja maçônica: a Branca Dias e a Regeneração Campinense. Entretanto, o Maçom José Calixto da Nóbrega tentou arrebanhar para esse novo grupo a Loja Regeneração do Norte, contudo seus apelos não surtiram efeitos em trazer toda a Loja para essa nova potência que seria criada.

Juntamente com mais oito maçons que o acompanharam da Regeneração do Norte, José Calixto da Nóbrega fundou a Loja Maçônica Padre Azevedo no dia 24 de julho de 1927. Nesse momento os dissidentes do Grande Oriente do Brasil já tinham as três Lojas necessárias para a fundação da Grande Loja Maçônica do Estado da Paraíba, e assim o fizeram no dia 24 de Agosto de 1927 criando, assim, a terceira Grande Loja mais antiga do Brasil. Vemos com isso que a Loja Padre Azevedo já nasceu sob a égide de luta e que ela não mudaria o seu caráter de ser uma Loja de vanguarda. Veremos que ela foi a primeira a encabeçar uma proposta de luta em favor da educação, não apenas com ações pontuais, mas com a criação de uma instituição de propagação da instrução - a Escola Padre Azevedo.

3.2 A Escola Padre Azevedo

A ideia da fundação da Escola surgiu no ano de 1957 entre os maçons do quadro da Loja Padre Azevedo. Eles deram início às atividades da referida escola já no ano seguinte - 1958. Mesmo antes da fundação da Escola já era destinada uma quantia em dinheiro que era arrecadada, a cada reunião, para a futura instituição.

Para entender como agia essa Loja na direção da Escola nós tivemos acesso às atas dos anos de 1958 até julho de 1964. Essa temporalidade foi escolhida porque a data inicial é o ano em que a Escola inicia os seus trabalhos e a data final foi devido a uma lacuna existente no material pesquisado que vai de agosto de 1964 até dezembro de 1966. Segundo o responsável pelo arquivo da Loja, um maçom teria ateado fogo em parte dos documentos da Loja

inclusive nessas atas. Dentre os documentos pesquisados nós selecionamos os que se relacionavam com a instituição escolar que ficava sob a tutela da Loja Padre Azevedo.

Nas reuniões de fevereiro de 1958 já havia uma preocupação de quando iniciar as atividades, para isso os maçons já dedicavam uma parte do dinheiro como vemos na Ata do dia 14 de fevereiro de 1958 “(...) Foi destinada a quantia de Cr\$ 69,00⁶⁸ recolhidos na Loja nessa Sessão para a escola padre Azevedo (...)” (LOJA PADRE AZEVEDO, Livro de Atas 13,1958, p.2).

Apesar da ideia da criação ter surgido na Loja, os maçons procuraram um apoio do Estado através do Departamento de Educação que teria o comprometimento de ceder professoras para o funcionamento da escola, como vemos a seguir na ata do dia 21 de fevereiro de 1958:

O Venerável Mestre disse haver colhido do Diretor do Departamento de Educação que uma professora já estava certa, pois que sendo excedente de um dos grupos desta capital, iria transferi-la para a Escola “Padre Azevedo” em caráter efetiva e que até a 4ª feira, outra professora, seria provavelmente designada. Deste modo estava aguardando a publicação do ato, pois é seu desejo inaugurarmos a mesma dentro do período Escolar ou seja no próximo 3 de março (...) (*Ibidem*, p.4).

Havia a preocupação da referida Loja de já ter disponível as professoras para que pudessem dar início as aulas, ainda no ano letivo corrente, para que assim pudesse servir a comunidade das redondezas com educação. Posteriormente, na mesma ata vemos nova destinação de verbas para a escola: “(...) Foi destinada a quantia de Cr\$ 112,00 recolhidos na Loja nessa Sessão para a escola padre Azevedo (...)”(*Ibidem*, p.4)

E ainda na mesma reunião o Orador da Loja⁶⁹ fez a seguinte ressalva:

(...) O Ir. Orador referiu-se ao grande acontecimento que será a inauguração da Escola “Padre Azevedo” obra imponente e de iniciativa do nosso Venerável Mestre e com reminiscência, recitou trechos de uma poesia, que versa sobre a cultura e sobre a situação do analfabeto; fez sentir o seu

⁶⁸ Para referência, o salário mínimo em 1958 era de Cr\$ 3.800,00. Fonte http://www.lgncontabil.com.br/INDICADORES-SALARIO-MINIMO_1958-a-1977.htm. Acessado em 23/05/2011.

⁶⁹ O Orador é o guardião das leis dentro de uma Loja Maçônica.

protesto a aqueles que procuram dizer que a nossa Escola não satisfaz plenamente, porém enganam-se com os seus pensamentos. (...) (*Ibidem*, p.5).

É perceptível o tom opulento dado nas palavras “obra imponente” (sic) do Orador da Loja, apesar de no seu primeiro ano a Escola ser destinada a poucas crianças, mas que na verdade era ainda uma obra modesta. Mas mesmo na metade do século XX ainda existiam pessoas que criticavam a Maçonaria, e que não acreditavam nos seus propósitos, como o de defender a educação. Por isso que, segundo o Orador, para alguns a “nossa Escola não satisfaz plenamente”. E mesmo a revelia das opiniões contrárias, conseguiram fundar a Escola.

Por alguns problemas não expostos na Ata, a Loja não conseguiu inaugurar a Escola no dia 3 e passaram para o dia 8 de março de 1958. Entretanto, não fica claro quais foram os motivos que levaram a esse adiamento :

(...) Com a palavra o Venerável Mestre diz o motivo porque a Escola Padre Azevedo não será inaugurada amanhã e somente no próximo dia 8 de março; disse mais o Venerável mestre que o Prefeito Apolonio Sales de Miranda doou por conta da prefeitura todo o material escolar que a escola ainda precisava. (...) (*Ibidem*, p.7).

Como na sequência da fala do Venerável Mestre, ele relata a doação da prefeitura do material escolar que ainda restava, então a falta desses materiais é o aparente motivo das aulas não terem iniciado na data anteriormente prevista, apesar do esforço de alguns maçons que o Venerável Mestre destaca: “(...) José Carlos e Francisco de Sousa Filho pela maneira decisiva e incansável como se puseram a campo arranjando donativos em dinheiro para a nossa escola (...)” (*Ibidem*, p.8). Como também o maçom “Domingos Antonio Grisi, que sem desfalecimento, não teve medido sacrifício afim de tudo facilitar ao bom funcionamento da nossa escola (...)”. Esses foram alguns dos que se destacaram nesse começo de luta para o funcionamento da Escola e que, conseqüentemente, mereceram destaque nas palavras do Venerável Mestre.

Ao que se tem nas atas, a Loja deveria ceder o local para que as crianças pudessem assistir às aulas, como também dentro das suas possibilidades doar o material necessário para o funcionamento das turmas e, como diferencial, garantia aos funcionários uma gratificação

extra ao seu salário, como vemos nessa deliberação colocada na ata do dia 28 de fevereiro de 1958:

(...) solicitou da Loja o quantum da gratificação que a Loja podia dispor mensalmente para as professoras e a zeladora; depois de discutido, ficou deliberado o seguinte:

Para a Diretora Cr\$ 400,00

Para a Prof. Auxiliar Cr\$ 300,00

Para a Zeladora Cr\$ 500,00

(...) (*Ibidem*, p. 10).

Esse seria, portanto, um dos diferenciais da Escola Padre Azevedo. Ela foi inaugurada, como previsto, no dia 8 de março de 1958. Apesar de não estar com todo o material necessário à educação das crianças como vemos no seguinte relato da ata do dia 14 de março de 1958:

(...) o Venerável mestre anunciou a inauguração da Escola “Padre Azevedo” e disse do bom andamento das aulas, comunicando que a Diretora tinha entregue uma relação de material escolar como complemento necessário ainda aos alunos, como sejam cadernos de desenhos, taboadas, etc; contando com o apoio de todos os Maçons na ajuda para aquisição dos mesmos. (...) (*Ibidem*, p.12).

Para um bom andamento da instrução ainda era necessário que a Escola recebesse mais material e, como vimos, o Venerável solicitou uma ajuda a sua Loja. Com isso, observamos que os maçons não se preocupavam apenas com a estrutura física, mas com todo o aparato necessário. Tudo o que se referia à instituição era deliberado através de reunião maçônica, assim, o Venerável ou mesmo a Diretora não tinha autonomia de tomar decisões isoladas, como vimos e como veremos posteriormente.

Mesmo tendo a sua Diretora, a Escola contava também com um maçom que recebia o título de Diretor e era o responsável por ser o intermediário entre a Escola e a Loja. No ano de 1958 era o maçom Eslú Eloy. Outro ponto importante da fundação da Escola foi o registro do seu estatuto, como vemos na fala do Venerável em reunião do dia 18 de abril de 1958:

(...) ainda o Venerável mestre comunicou estar a nossa Escola com os seus Estatutos, devidamente registrados em cartório estando deste modo com sua personalidade jurídica oficializada, estando portanto, apta a merecer os favores públicos, que a Lei, lhes faculta; (...) (*Ibidem*, p.21).

Com mais esse passo dado para o fortalecimento da instituição, que a partir de então poderia, como dito acima, buscar favores públicos de modo que gerasse sempre um bom funcionamento dessa Escola que acabava de ser fundado. Vale salientar que devido a alguns maçons terem bons acessos políticos essas parcerias poderiam ser conseguidas de maneira menos burocrática.

Em outro momento a Loja deliberou acerca da liberação de uma aula noturna a ser ministrada no mesmo local. Essa proposta foi lançada em reunião do dia 13 de Junho de 1958, conforme observaremos:

(...) ainda o Venerável Mestre informa que recebeu pedido da mãe de uma professora que ensina na Escola Padre Azevedo, para instalar naquele prédio uma aula noturna para alfabetização de adultos, dentro do plano e das leis de ensino do País, comprometendo-se ainda a zelar pelo material e asseio da Escola. Pede então que os Irmãos se pronunciem se devemos ceder o nosso salão de aulas aquêlê fim. O plenário, depois de ouvido o Guarda da lei⁷⁰ aprovou, por unanimidade, a cessão. (*Ibidem*, p.40).

Quando vemos essa discussão no interior de um templo maçônico percebemos que realmente havia uma vontade em difundir a educação, pois seriam mais pessoas estudando e eles cumprindo com o dever de difundir a ilustração. E essa ideia já surge a partir de uma pessoa ligada a Escola, a mãe de uma professora. Entretanto, não temos mais dados sobre essa aula noturna já que nada foi tratado nas atas, ou seja, ao que se percebe eles cederam o local mas não se preocuparam em dar um amparo a esses novos “clientes”.

Havia entre os maçons a ideia de que angariar mais benfeitorias para a escola sob sua tutela, como a criação do “Gremio Literario Matias Freire instalado na escola no dia 29 de julho de 1958” (*Ibidem*, p.45). Com isso promovia não só a instrução entre os alunos, mas o gosto pela leitura. Outra benfeitoria trazida para a Escola foi comunicada na mesma reunião do dia 4 de julho de 1958 e dizia o seguinte:

Pedi a palavra o Irmão Esperidião Brandão para comunicar a Loja que trazia da parte do Coronel doutor Ivo Borges da Fonsêca Neto, oferecimento daquele facultativo para prestar, gratuitamente, os seus serviços profissionais de pediatria aos alunos da Escola Padre Azevedo.(...) (*Ibidem*, p.46).

⁷⁰ Guarda da lei é o orador.

É importante dizer que a pessoa que ofereceu o seu préstimo como médico não era um maçom. Ele tinha algum contato com a Maçonaria, mas não era um iniciado e mesmo assim se prestou a dar a assistência médica gratuita aquelas crianças desvalidas, segundo afirmam as atas da Loja. Por isso, e também por outras assistências recebidas, podemos afirmar que não é uma escola “da Maçonaria”, mas uma escola na sua grande parte custeada pela Maçonaria.

A direção maçônica da escola variava de acordo com as eleições da Loja, por isso ainda no ano de 1958, houve uma modificação na Diretoria da Escola ficando assim: “Irmão João Batista Tavares de Melo para o cargo de Diretor Escolar, Antonio Carlos Cavalcante, Tesoureiro (reconduzido) e João Luiz para Secretário (também reconduzido)” (*Ibidem*, p. 50). A Diretoria Pedagógica da escola só era modificada a mando do Departamento de Educação, e se caso fosse solicitado pela Loja, ou por algum remanejamento do referido Departamento.

Ocasionalmente alguns maçons do quadro da Loja e pessoas de fora doavam quantias generosas para ajudar na manutenção da escola, como vemos na ata da reunião do dia 14 de agosto de 1958, em que “O Irmão Cicero Leite faz uma valiosa oferta para Escola Padre Azevedo no valor de Cr\$ 10.000,00”. Era com donativos como esse que a Escola mantinha a sua boa receptividade, dando boas condições aos alunos.

A ata da reunião da semana seguinte nos remete a algumas ocorrências do cotidiano escolar, e que mesmo existindo uma diretoria eleita em Loja, as deliberações normalmente eram feitas pelo plenário. Na reunião do dia 22 de agosto trouxeram os seguintes problemas:

O Irmão Antonio Carlos Cavalcante pediu a palavra, para informar ao Venerável Mestre que os pais dos alunos da Escola Padre Azevedo estavam reclamando o fato de não haver ainda na escola um medico-pediatra. Aproveita o ensejo para lembrar ao (...)Venerável Mestre da Oficina a proposta de oferecimento trazida pelo Irmão Esperidião Brandão, do dr. Ivo Borges da Fonsêca Neto, que poderia agora ser concretizada. (...) O que ocorreu foi que quando trouxe a proposta, a Escola se encontrava de férias (...). O Irmão José Carlos Campos, solicitou informes do Irmão Antonio Carlos, sobre expulsões que teriam havido na Escola, de alunos e os motivos que levaram a professora a tal proceder.(...) (*Ibidem*, p.52 - 53).

O médico já havia sido conseguido para dar assistência a Escola, mas por não ter colocado em prática ainda os seus préstimos, os pais estavam cobrando. Esse serviço de pediatria, já era um diferencial oferecido pela escola aos seus alunos. Outra discussão é sobre a expulsão dos alunos e que a Loja fazia questão de saber os motivos de tal procedimento, com isso participando ativamente da vida escolar.

Com situações como as que descrevemos anteriormente pudemos perceber que a Loja Padre Azevedo não se preocupou em dar apenas um espaço físico para funcionar a Escola, mas participou do cotidiano dando suas opiniões e levando sugestões para a direção que, como visto, não atuava independente.

É interessante salientar que como qualquer instituição, a Maçonaria precisa de dinheiro e o faz através de mensalidades, e no caso da Loja Padre Azevedo, além dos seus custos contava ainda com os custos da escola, por isso a sua mensalidade era no valor de Cr\$ 100,00, sendo Cr\$ 70,00 da Loja e Cr\$ 30,00 para ajudar na manutenção da Escola.

Após esse breve adendo, retornemos ao cotidiano escolar e aos problemas que haviam sido relatados anteriormente e sobre os quais o maçom responsável pela direção escolar trouxe as seguintes ponderações na reunião do dia 29 de agosto de 1958:

(...) o Irmão João Batista Tavares de Melo, Diretor Escolar da Escola Padre Azevedo prestou amplos esclarecimentos sobre os fatos trazidos (...), sobre a expulsão de um aluno da Escola, lendo, na ocasião, uma correspondência que lhe dirigira a professora (...), propondo a adoção da medida. Foi um caso normal de rotina disciplinar que deve prevalecer nesses centros de instrução para que fique preservado o bom nome da Escola e de nossa Ordem. Comunicou que o Irmão Secretário já se encontra com as fichas destinadas aos serviços médico-dentário, esperando, na próxima semana levar o Dr. Ivo Borges para a primeira visita medica, já se encontrando em atividade o Irmão Dr. Cícero Leite. (*Ibidem*, p.55).

Aqui, o maçom responsável pela Escola, o Diretor João Batista Tavares de Melo, explica à Loja sobre os problemas que foram colocados em reunião anterior e que necessitavam de explicações. Ele mostrou que o caso da expulsão dos alunos foi procedimento comum, adotado em qualquer instituição de ensino, a fim de zelar pelo seu bom nome, mas o maçom deixa claro qual foi o motivo e, na ocasião, explicou também que já

havia um médico, o maçom Cícero Leite, e que entraria para ajudar nos atendimentos o Dr. Ivo Borges, que havia se colocado a disposição para ajudar na Escola.

Como dito anteriormente, várias pessoas ajudavam na manutenção da Escola. Por isso se deu a sua prosperidade, a exemplo do Deputado Giácomo Porto que conseguiu “uma verba de Cr\$ 1000.000,00 destinada à Escola Padre Azevedo no orçamento da Republica” (*Ibidem*, p. 58). Com a consolidação e legalização da Escola os maçons conseguiram consideráveis quantias como a que nos referimos e as ações da Loja foram canalizadas pela Escola. Por isso, no ano de 1958, o Diretor Escolar João Batista idealizou que “fosse realizado o Natal dos Pobres, êste ano, na Escola Padre Azevedo, destinado aos alunos e seus familiares, com o apoio da Loja, da Escola e dos Irmãos do nosso quadro.”(*Ibidem* p. 70).

A proposta que ficou atendida na reunião subsequente a que o Diretor lançou a proposta saiu com a seguinte deliberação dos maçons:

(...)A Loja Padre Azevedo dá o ano todo uma assistência assídua aos alunos da Escola e não deve dar-lhes ainda o privilegio do natal. Esse deve ser dado a quantos a Loja possa beneficiar no bairro onde está localizado a Escola, inclusive aos seus alunos. (...) para haver maior numero possível de beneficiados, se convide as Lojas deste e de outros Orientes a se unirem a Loja Padre Azevêdo e fazer um Natal dos pobres com amplas possibilidades de se beneficiar um maior numero de pessoas. (*Ibidem*, p.72 - 73).

Que a proposta de um “Natal dos Pobres” não ficasse restrito apenas aos alunos da Escola Padre Azevedo e seus familiares, que já recebiam auxílio da Loja o ano inteiro, mas que fosse aberto a toda comunidade carente do bairro onde se situava a escola⁷¹ e, com isso, conseguiram para o seu projeto doações de profanos⁷², pois o Maçom Domingos Grisi anunciou “que recebeu dos profanos Dante Zaccara, a quantidade de Cr\$ 100,00, do dr. João Crisostomo Ribeiro Coutinho, Cr\$ 150,00” (*Ibidem*, p.84), isso sem contar com as doações ofertadas pelos maçons e por outras Lojas.

Outro aspecto importante no projeto do Diretor Escolar que ele leva para discussão em Loja é o que vem à tona na reunião do dia 5 de Dezembro de 1958 e diz o seguinte:

⁷¹ Nesse momento a Loja funcionava no Centro e, a Escola, no bairro de Jaguaribe (onde hoje fica também sediada a Loja).

⁷² Profanas são pessoas que não foram iniciadas na Maçonaria.

(...) O Irmão João Batista Tavares de Melo, fala sobre o Natal dos pobres. Diz que, para se obter uma solenidade mais maçônica, deve-se ampliar o numero de prêmios a ser dado aos alunos da Escola Padre Azevedo, para maior estímulo dos estudantes. Propõe que os prêmios sejam destinados aos melhores alunos dos cursos primeiro ano “A”, primeiro ano “B” e segundo ano, tendo o Plenário aprovado a proposição. (*Ibidem*, p.87, p.88).

É significativo prestarmos atenção quando ele fala em estímulo aos estudantes, já que essa prática meritocrática tinha voga principalmente em escolas confessionais e escolas particulares em geral, e a Loja agrega essa ideia à Escola Padre Azevedo que era uma escola pública, mas que tinha alguns benefícios como dar fardamento e calçados aos seus alunos.

Esses diferenciais que eram impostos com o auxílio da Maçonaria fizeram com que a procura para matrícula na Escola no ano de 1959 aumentasse, e que, segundo o diretor escolar, “não tem mais lugar para inscrever alunos.” (*Ibidem*, p.96), não fica claro como eram os critérios de seleção dos alunos nos documentos pesquisados.

Para os maçons o segundo ano de funcionamento foi uma vitória já que, segundo eles, “a campanha de difamação encetada por inimigos da Escola Padre Azevedo, foi esmagada fragorosamente, com o resultado do primeiro ano escolar.” (*Ibidem*, p.96). Provavelmente essa difamação era feita por pessoas ligadas a Igreja Católica, como vimos no capítulo a quantidade de documentos contra a Maçonaria pela Igreja, todavia não se expõe quem eram esses difamadores.

O Departamento de Educação do Estado comunicou ao diretor da Escola que colocaria a disposição duas professoras e duas serventes, mas com a condição de aumentar o número de vagas de sessenta para cento e vinte. Contudo, o Diretor traz as seguintes ressalvas na reunião do dia 23 de janeiro de 1959:

(...) o Diretor da Escola mostra ao Plenário que, depois de acurados estudos, verificou, tomando por base as despesas com a Escola no exercício passado, que teríamos de duplicar essa despesa, achando-a superior às nossas possibilidades. Para mantermos 120 alunos dentro do mesmo ritmo que vínhamos mantendo os 60 é necessário que se corte o fornecimento de calçado. (...) O Irmão 2º vigilante solidariza-se com o Irmão João Tavares, prontificando-se a custear o feitiço de metade dos fardamentos. O Irmão 1º vigilante sugere seja solicitado ao Governo ajuda para os calçados dos alunos lembrando que os mesmo poderiam ser fabricados no Quartel da Polícia Militar do Estado. (...) O Irmão João Batista Tavares de Melo, pediu

também o pronunciamento da Loja para a abertura do crédito de Cr\$ 10.000,00 cruzeiros para ocorrer as despesas com os fardamentos dos alunos. Submetendo o assunto a votação o Plenário aprovou: elevação das matrículas de 60 para 120 alunos; abertura do crédito necessário ao pagamento das fardas. (*Ibidem*, p.98 – 100).

Com todo o seu diferencial e alto custo a Loja aprovou a duplicação de alunos matriculados. Mesmo sabendo do crescimento de suas despesas, encampou essa luta que foi colocada na sua mão pelo Departamento de Educação. E vários maçons se colocaram a disposição para arrecadar dinheiro para essa boa manutenção como “José Carlos Campos declara que o assunto Escola é, para ele, motivo de grande satisfação e júbilo.(...) Lembrou ainda que está pronto a angariar no comércio auxílio com essa finalidade.” (*Ibidem*, p. 100). Outro que conseguiu boas doações foi “O Irmão Antonio Airton (...) entregou ao Irmão Tesoureiro a quantia de Cr\$ 5.325,00 correspondente a arrecadação que fez para Escola Padre Azevedo” (*Ibidem*, p.102).

O projeto dessa Escola funcionou bem devido ao empenho de toda a Loja e não apenas de alguns maçons que pretendiam levar a cabo um trabalho hercúleo, mas que pensassem e como fizeram, um trabalho que pudesse caminhar com suas próprias pernas. Mas que como vimos dependia em muito de doações de pessoas não ligadas à maçonaria bem como dos órgãos públicos.

A preocupação dos maçons não era apenas com os alunos, mas também com as pessoas em geral que serviam à escola. Na reunião do dia 30 de janeiro de 1959 um dos maçons leva o seguinte problema:

(...) O Irmão José Carlos Campos informa que o Estado pondo à disposição da Escola Padre Azevedo duas serventes, teremos que dispensar a que nos vem servindo e como se trata de uma mulher pobre, carregada de filhos, devemos procurar, por todos os meios, amparar a sua situação, conseguindo a sua nomeação como servente, para o Estado, ficando o Governo responsável com a indicação de apenas uma servente (...). (*Ibidem*, p. 101).

Com isso, percebemos que o assunto que fosse referente à Escola, qualquer que fosse, os maçons estavam tentando ajudar de alguma maneira, mesmo nesse caso da servente que ficaria desempregada, sinalizando, portanto, uma preocupação com o bem estar.

Relacionado à questão dos fardamentos dos alunos, um dos obreiros do quadro brinda a Loja na reunião do dia 6 de fevereiro de 1959 com a seguinte notícia:

O Respeitável Irmão Domingos Grisi pediu a palavra para informar que o profano Umberto Marques, Diretor Comercial da Fabrica Tibiri e o Irmão Oswaldo Agrupino, da Tecidos Cardoso S/A, se comprometeram a contribuir com tecidos para os fardamentos dos alunos da Escola Padre Azevedo (...) O Irmão Francisco de Souza comunica ao Venerável que o Irmão João Tavares lhe concedeu poderes para solucionar o assunto e que o ponto de vista daquele Poderoso Irmão é que não se deve dar sapato, no corrente exercício aos alunos, pois, os sapatos confeccionados na Policia só poderão sair, talvez, em junho, o que fica já bastante adiantado (...) O Irmão Napoleão Crispim é pelo fornecimento dos calçados dizendo que não acredita que os irmãos deixem sucumbir obra tão meritória.(...). (*Ibidem*, p.104 - 105).

Por meio da leitura das atas podemos dizer que, já em seu segundo ano de funcionamento, a Escola passou por algumas dificuldades de manutenção do mesmo padrão estabelecido que era consideravelmente acima das escolas públicas “normais”, mas que com a atenção e doação de alguns maçons e não maçons puderam manter o status diferencial aos seus alunos.

Por essas razões a escola era bastante procurada como diz:

O Irmão José Carlos Campos informa a Loja que a situação das matrículas na Escola está se tornando um caso angustioso, pois, mães pobres com quatro, cinco filhos vêm matricular os seus filhinhos e já não encontram mais matrículas, pois só temos vagas para 120 meninos (*Ibidem*, p.105).

E as mães carentes gostariam de ver os seus filhos com uma educação, ou pelo menos condições de estudo melhores, como as que eram oferecidas pela Escola Padre Azevedo.

Já no dia 13 de fevereiro de 1959 é levada a seguinte notícia “o Irmão Domingos Grisi informou ao Venerável Mestre que a lista para aquisição dos calçados dos alunos da Escola Padre Azevedo já atinge 104 pares” (*Ibidem*, p.106), faltando apenas dezesseis pares de calçados para atingir a meta dos cento e vinte matriculados na Escola para o ano vigente e, para suprir tal carência, surge a ideia de “que se envie uma prancha a Grande Loja,

comunicando o caso dos calçados solicitando, ainda, ajuda daquela alta casa, para completar os calçados restantes, o que não será demais para a Grande Loja” (*Ibidem*, p.107), ou seja, com esse pequeno auxílio da Grande Loja eles bateriam a meta de calçar todos os alunos para o referido ano letivo. Para conhecimento geral, um dos maçons da Loja, no dia 20 de fevereiro de 1959, explica ao plenário que “as fardas dos alunos da Escola Padre Azevêdo já estão sendo confeccionadas e que os sapatos também já se encontram sendo feitos pelo Irmão João Barroso, da Regeneração do Norte.” (*Ibidem*, p. 109).

Pela fala de um maçom em reunião do dia 28 de fevereiro de 1959 observa-se, pela sua explanação, possíveis problemas financeiros da Loja e que a Escola deveria ser um exemplo de superação “o Irmão José Cabral Ferreira (...) analisa os nossos problemas ante as nossas faltas de recursos apontando a Escola padre Azevedo, como exemplo dêsse esforço tremendo que vimos fazendo, dêsse sacrifício para mantê-la.” (*Ibidem*, p.113). E a Escola apesar de toda a dificuldade na sua manutenção, conseguia superar os obstáculos com todas as ajudas de várias frentes. Assim, conseguia se manter com subsídio público e privado. Em se tratando de ajuda pública, um maçom Deputado Estadual consegue uma ajuda para a Escola Padre Azevedo, essa notícia foi levada a cabo no dia 20 de março de 1959 como vemos:

(...) O Irmão João Batista Tavares de Melo, comunica a Loja que o Irmão José Teotonio, deputado Estadual, apresentou projeto reconhecendo de utilidade publica a Escola Padre Azevedo e criando a subvenção anual de Cr\$ 30.000,00, destinado a referida Escola. (*Ibidem*, p.119).

Observamos, ao longo dos dois primeiros anos da Escola, que alguns maçons se destacam e recebem votos de agradecimento dos seus pares em Loja. Um dos que se destaca é o maçom Domingos Grisi que em reunião do dia 10 de abril de 1959, recebe as seguintes palavras:

Usou a palavra o irmão Antonio Carlos (...), ainda com a palavra ressaltar a dedicação do Irmão Grize⁷³ para as coisas da Escola, e para a realização da distribuição de fardamentos e calçados aos alunos no próximo dia 11 (amanha) (...) Com a palavra o Venerável Mestre de uma prancha feita a Cia. Espinosa solicitando material escolar que, a mesma tinha atendido remetendo 200 cadernos destinados aos alunos da Escola. (*Ibidem*, p.125).

⁷³ O nome correto é Grisi, o Maçom Domingos Grisi . No prédio atual da Loja Padre Azevedo existe uma sala de leitura com o nome do referido Maçom.

Nesse trecho de ata nós temos algumas informações interessantes, a primeira é a importância que a Loja dava ao maçom Domingos Grisi, por seu empenho em sempre ajudar no desenvolvimento da Escola. Tanto ele, bem como o maçom João Batista foram dois que encabeçaram e realmente abraçaram a ideia da Escola Padre Azevedo, e sempre estavam as vias de conseguir recursos a fim de trazer melhorias à instituição. No mesmo momento vemos que apesar do atraso (já que o ano letivo havia começado no mês de março), o fardamento para os alunos chegou, como também o Venerável leva a notícia da doação de duzentos cadernos para os alunos que tinha sido pedido a uma Loja da cidade.

Chegando as eleições da Loja também chega a hora da mudança na direção da Escola. Tal alteração ficou decidida em reunião do dia 14 de Agosto de 1959. Logo, a diretoria maçônica da Escola ficaria assim composta “Fernando Solano – José Cabral Ferreira e Napoleão Crispim, respectivamente, Diretor Escolar, Tesoureiro e Secretario, tendo o Plenário, por maioria, aprovado essa composição.” (*Ibidem*, p.158). O maçom Domingos Grisi “informa que o seu estado de saúde não lhe permite aceitar mais encargos” (*Ibidem*, p.159) deixando os pormenores escolares nas mãos dos anteriormente citados maçons.

No ano de 1959 os últimos relatos nas atas da Loja Padre Azevedo que versavam sobre a Escola trataram apenas da primeira comunhão das crianças que aconteceu no dia primeiro de novembro do referido ano, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, e ocorreu junto com as demais crianças que participaram de tal cerimônia. Outro ponto tratado foi a quantidade de faltas do Secretario Escolar, o maçom Napoleão Crispim, que em cerimônia do dia 11 de dezembro de 1959 pede “ao Venerável a sua substituição por outro Irmão menos atarefado, no próximo ano escolar.” (*Ibidem*, p. 192).

Entrando no seu terceiro ano de funcionamento, o diretor escolar, o maçom Fernando Solano, leva para discussão em Loja uma proposta de reforma da Escola Padre Azevedo e na ata da mesma reunião do dia 5 de fevereiro de 1960 leva a notícia de que “Irmão José Antonio Sobral Filho doou 3 dúzias de lápis para os alunos da Escola e que o Irmão Americo Caldas ofertou também a mesma entidade, 400 cadernos escolares.” (LOJA PADRE AZEVEDO, Livro de Atas 14, 1960, p.4). Atos como desses dois maçons mostram o quão estavam comprometidos com a causa da educação alguns obreiros do quadro da Loja Padre Azevedo,

pois mesmo antes de solicitados já deram seus préstimos fazendo algumas doações para o ano escolar.

Os mesmo problemas surgidos um ano antes aparecem mais uma vez nos debates em Loja, ou seja, sobre calçados e fardamentos dos alunos. O que fica claro é que com o crescimento da Escola, era árdua a missão de manter o mesmo padrão infligido desde o começo dos trabalhos educacionais da referida instituição, e a fim de minimizar os custos o Venerável Mestre pede que seja debatido o assunto e após ponderações fica decidido “a compra de alpargatas em substituição aos sapatos.” (*Ibidem*, p.6).

Na mesma sessão foi colocada em pauta a gratificação que era dada às professoras mensalmente no valor de Cr\$ 300,00, como vimos anteriormente. Foi sugerido que no lugar dela fosse dada uma gratificação anual como veremos a seguir:

(...) deliberou o Plenário que, em vez de uma gratificação mensal que, normalmente, se vinha dando às professoras da Escola Padre Azevedo, se dê um prêmio anual, a cada uma, variando esses presentes, no seu valor, pelo maior índice de esforço, mérito e amor ao magistério apresentado pelas interessadas. (*Ibidem*, p.7).

Torna-se essencial notarmos o discurso feito pelos maçons nessa ocasião, pois pela medida tomada pela Loja, observa-se que o magistério era visto ainda como um “amor” ao ensino, a educação e ações como essas incentivavam ainda mais em tratar o magistério não como uma profissão, mas como um “dom”. E no mesmo dia foi solicitado também que fosse enviada uma correspondência ao Diretor do Departamento de Educação com o intuito de homenagear o patrono da Loja dando o nome de “Padre Azevedo” a aula noturna que havia sido criada no ano anterior.

Alguns maçons que estavam envolvidos com política procuravam meios de levar auxílios financeiros para melhor manutenção da Escola, em face disso vejamos:

(...) ainda o Irmão João Batista, que o Irmão Robson concedeu à Escola padre Azevedo, um auxílio de Cr\$ 60.000,00 para ampliação dos salões de aulas, que já se apresentam pequenos. Sugere, por isso, seja dado ao salão novo de aulas, o nome do Governador Pedro Moreno Gondim, pois, todos nós sabemos que o Irmão Robson Espindola, nessas iniciativas de ajuda à nossa Ordem, tem recebido todo o apoio do Governador.(...) é submetido a

votação o projeto para conceder ao novo salão de aulas o nome do Governador Pedro Gondim. Este recebeu os votos unânimes do Plenário. (...) (*Ibidem*, p.9).

E essa ajuda foi importante, pois o subsídio que foi conseguido pelo governo federal não foi pago “por se encontrar incluído no Plano de Economia elaborado pelo Exmo. Senhor Presidente da República.” (*Ibidem*, p.13). O presidente da República naquele momento era Juscelino Kubitschek que havia sido eleito em 1955, e tinha em seu plano de metas a necessária reorganização orçamentária. Entretanto, a Escola Padre Azevedo foi deixada à revelia do processo, apesar da promessa de ajuda de Cr\$ 1000.000,00.

A Loja ainda não havia resolvido o problema da aquisição dos fardamentos e isso gerava uma grande apreensão do Venerável Mestre:

(...) Diz o Venerável Mestre que esse caso já está ficando muito demorado e que é necessário se dar solução imediatamente, fazendo um apelo aos Irmãos para iniciarem as suas contribuições. Pede ao Irmão Fernando Solano, Diretor da Loja para elaborar uma lista e deixa-la na secretaria da Loja afim de receber as adesões dos Irmãos. O Irmão Francisco de Souza Filho, comunica ao Venerável Mestre que a firma José Oton & Cia doou à Escola, para os seus alunos, trinta (30) metros de fazenda. (...). (*Ibidem*, p.14).

Mais uma vez os obreiros da Loja, que apesar de contar com doações de algumas empresas, precisavam arcar com os custos do fardamento e calçado dos alunos, o que realmente era oneroso devido a grande quantidade de alunos matriculados.

No ano de 1960, ao contrário do ano anterior não é mencionada a quantidade de alunos que fariam parte da Escola naquele ano, mas certamente ou seria a mesma quantidade (cento e vinte alunos), ou deveria ter aumentado a procura.

O referido ano começou de maneira árdua para a Escola Padre Azevedo, pois já não contaria com a verba do Governo Federal, como também sofre alguns problemas na verba prometida a nível Estadual:

(...) pede a palavra o irmão João Batista Tavares de Melo, para comunicar a casa que a verba de Cr\$ 60.000,00 destinada a Escola Padre Azevedo e que deveria ser paga no dia 25 deste mês, com a modificação havida no quadro administrativo e político do Estado em face da renúncia do Governador

Pedro Gondim, foi adiado o seu pagamento para após a nomeação do novo secretariado. O material de construção oferecido pelo Irmão Robson Espindola, para a ampliação da Escola, pelo mesmo fato ficou sem efeito.(...) (*Ibidem*, p.15).

E para dar conta das crescentes despesas oriundas da Escola, bem como da Loja, é sugerido o seguinte aumento nas contribuições Cr\$ 100,00 para a Loja e Cr\$ 50,00 para a Escola porque, segundo o maçom Domingos Grisi, “não podemos viver mendigando entre estranhos, recursos para manter a nossa Escola.” (*Ibidem*, p.16).

Em relação ao fardamento começam a surgir, entre os responsáveis pelos alunos, reclamações sobre o tamanho das roupas. Então, com o intuito de dirimir esses protestos, a Loja aprova que “seja entregue a fazenda aos pais dos meninos, para que sejam feitas em casa.” (*Ibidem*, p. 21). Essa atitude da Loja também baratearia os custos, já que não precisaria arcar com a costura do fardamento. E completa na mesma reunião do dia primeiro de abril de 1960 que “(...) quanto aos sapatos êstes já se encontram em confecção. (...)” (*Ibidem*, p.22).

Devido a tantos empecilhos o maçom “(...) José Carlos Campos propõe seja a contribuição da Loja elevada para Cr\$ 100,00, extinguindo-se a Tesouraria da Escola e sua taxa, que passaria a ser atendida pela Tesouraria da Loja (...)” (*Ibidem*, p.28). Entretanto essa medida não agrada ao plenário da Loja que acaba desconsiderando a proposição referida já que “aquele estabelecimento é autónomo, tendo vida administrativa própria.” (*Ibidem*, p.28).

Não seria interessante para a Loja misturar as suas finanças com as da Escola para que não houvesse problemas com prestação de contas já que os donativos financeiros destinados à Escola não eram oriundos apenas das doações dos maçons, mas muito era recebido através de receptação de pessoas de fora da Maçonaria. Portanto, por conta desses meios de obtenção de recursos, era impensável a dissolução da tesouraria da Escola para que todo capital fosse trabalhado através da tesouraria da Loja.

Com o todos os revezes sofridos pela Escola, mais uma tentativa de angariar fundos públicos para ela foi feita em reunião do dia 22 de abril de 1960:

(...) João Batista Tavares de Melo, informa, em seguida, que já se encontra em mãos do Exmo. Senhor Governador do Estado, o projeto de autoria do nosso Irmão José Teotonio, que reconhece de utilidade publica a Escola

padre Azevedo e lhe concede a subvenção anual de Cr\$ 30.000,00, para ser sancionado pelo chefe do Governo. (...) (*Ibidem*, p.29).

Na reunião da semana seguinte o Venerável Mestre leva a conhecimento do plenário da Loja Padre Azevedo a seguinte informação: foi “(...) reconhecida a Escola Pe. Azevedo de utilidade publica e subvencionando com Cr\$ 30.000,00 anuais, (...)” (*Ibidem*, p.32).

Outra ação do Departamento de Educação envolvendo a Escola Padre Azevedo que vale salientar é que, a pedido do Diretor, foi solicitado a “transferir da Praia do Pôço para a Escola Padre Azevedo a prof. Auta de Souza, onde passará a lecionar. O ato foi recebido com grande satisfação (...)” (*Ibidem*, p.46). O ato foi recebido com “grande satisfação” porque a citada professora era irmã do maçom Francisco de Souza Filho, obreiro da Loja Padre Azevedo.

Quando falamos de escola pública um assunto é recorrente - a alimentação das crianças – assunto esse que preocupava também os que mantinham a Padre Azevedo:

(...) O Poderoso Irmão Fernando Solano, diz que, como Diretor da Escola Padre Azevedo, receberá qualquer donativo destinado áquele Educandário. (...) O irmão José Carlos Campos, se expressa solidariamente com o Venerável mestre, sem, contudo, deixar de reconhecer que a nossa maior necessidade é alimentação das crianças pobres da Escola, que, muitas vezes chegam ali sem a primeira refeição.(...) (*Ibidem*, p. 53).

E com a intenção de dar uma alimentação às crianças e angariar fundos para esse fim, os maçons da loja mantenedora decidem realizar um bingo. Assim, o maçom

(...) Vicente Ferrer que propõe sêjam estes certames feitos em residencias de Maçons, previamente consultados, o que tornaria o ambiente mais fraternal (...) O Irmão Orlando Gomes sobre o Bingo, acha podermos junto aos Irmão angariar donativos com melhores resultados.(...) (*Ibidem*, p.54).

Essa ideia de realização de um bingo mostra que somente a Loja Padre Azevedo estava com dificuldades em ajudar na manutenção da Escola. Portanto, com esse tipo de sorteio fica mais fácil de fazer maçons de outras lojas participarem e colaborarem com o custeamento do referido educandário. Continuavam mesmo assim a recepção de donativos “Irmão Luiz Bronzeado (...) conseguiu para a nossa Escola P. Azevedo cento e cinquenta mil cruzeiros

(...)” (*Ibidem*, p.61). Nesse sentido, podemos observar ao longo desse capítulo, várias eram as doações, mas esse meio de recepção não permite uma boa previsão orçamentária para qualquer tipo de instituição, entretanto esses meios complementavam o orçamento.

A Escola por ter essa ligação com a Maçonaria acaba por receber visitas que não eram tão comuns para uma instituição pública:

(...) O Respeitável irmão Fernando Solano da Silva, disse haver realmente a Escola recebido a visita da Professora Jandira Pinto e da Senhora do Candidato ao Governo do Estado⁷⁴, que apesar de ser uma Escola para crianças pobres, no entanto, se rege pelos metodos da pedagogia Moderna em harmonia com a orientação do Centro de Pesquisas Educacionais (...) (*Ibidem*, p. 64).

A colocação do diretor escolar, o maçom Fernando Solano da Silva, é significativa quando ele explica o tipo de metodologia moderna utilizada pela Escola, apesar de ser direcionada para o público carente. Era um modo de mostrar que a instituição estava na vanguarda, e se apropriava das políticas elaboradas através do Centro de Pesquisas Educacionais⁷⁵.

No segundo semestre do ano de 1960 surgem os primeiros rumores sobre uma possível mudança de prédio para a Escola e sobre isso traz o diretor da escola:

(...) Fernando Solano, para dizer haver localizado um predio que poderá se adaptar perfeitamente bem para a Escola, pertencente ao Sr. Sebastião de Azevedo Bastos (...) ele prestou todos os informes o que deveríamos fazer, com tanto que a Escola não vinhesse a sofrer continuação, embaraço no seu reinicio a partir de fevereiro.(...) (*Ibidem*, p.68).

A Escola, com as medidas adotadas, conseguiu incentivar a produção de alguns alunos como ressalta o maçom “(...) Domingos Grisi, ciêntificando ainda que uma criança de nossa Escola de nome Gilda Dias Rodrigues. Foi classificada em 2º lugar num concurso do Departamento de Educação, fato muito importante para a nossa Escola.”(*Ibidem*, p.71). A Loja entende esse acontecimento como uma vitória da Escola Padre Azevedo, que ficaria bem

⁷⁴ A citada Senhora era a esposa do então candidato a Governador da Paraíba, Pedro Moreno Gondim.

⁷⁵ Segundo Ferreira (2008) o Centro de Pesquisas Educacionais era “(...) parte integrante de um movimento mais amplo de intensificação da ação governamental no sentido da construção de aparatos oficiais destinados ao estudo e ao planejamento no campo educacional(...)”.

cotada perante o Departamento de Educação e que poderia gerar uma arrecadação de mais recursos perante esse órgão.

A prosperidade da instituição fez com que alguns obreiros da Loja cogitassem algumas mudanças inclusive a “aquisição de fundos destinados a construção do Ginásio “Padre Azevêdo”” (*Ibidem*, p.77). Até aquele ano, a Escola funcionava nos ensinos primários e floresce a ideia de se abranger o nível de ensino, entretanto era necessário que se fosse angariados ainda mais recursos para que esses planos pudessem se concretizar.

Em virtude dessas mudanças e do crescente número de alunos que a Escola vinha tendo a cada ano, no plenário da Loja Padre Azevedo surge a ideia de se ampliar o prédio em que se encontrava. Assim, conforme o maçom “Napoleão Crispim (...)se manifestaram varios Irmãos, tendo ficado resolvido independente da reunião requerida, que a Loja adquerise o predio anexo a referida Escola e não conseguindo, efetuasse a Reforma do atual de acôrdo com a Planta já elaborada.” (*Ibidem*, p.78). Essa proposta aconteceu em reunião do dia 25 de novembro de 1960, mas não chegando a uma deliberação acerca de reforma, ou da aquisição do prédio anexo cria-se um impasse.

Para que esse assunto fosse resolvido, foi montada uma comissão que tivesse a finalidade de buscar um prédio para abrigar a Escola, pois segundo os maçons “como é do conhecimento de todos, o atual predio onde funciona aquela casa de ensino, já não comporta o numero de alunos matriculados (...)” (*Ibidem*, p.84), por isso foi pensado na:

(...) compra do predio numero novecentos e nove (909), com o respectivo terreno, à Avenida Vasco da Gama, nesta Capital, no Bairro de Jaguaribe⁷⁶, (...) deliberou o Plenário por unanimidade, aprovar a transação e autorizar o Veneravel Mestre a promover a imediata lavratura da escritura de compra do imovel. (*Ibidem*, p.85).

O novo prédio da Escola ficava também no bairro de Jaguaribe, próximo ao anterior, mas com uma melhor estrutura para abrigar o crescente número de matriculados como também a possível fundação do Ginásio Padre Azevedo, como era de vontade de alguns membros da Loja. Já no dia 20 de janeiro de 1961, a segunda reunião do ano, é relatado

⁷⁶ Prédio esse em que se encontra tanto a Loja Padre Azevedo, quanto a Escola Padre Azevedo até o momento. Vide Anexo II.

através dos “(...) Irmãos Vicente Ferrer e João Tavares, em favor da Loja Padre Azevedo tem a satisfação dizer que brevemente estará instalada no novo prédio a Escola padre Azevedo (...)” (*Ibidem*, p.89).

Como dito anteriormente, os maçons procuravam meios de angariar dinheiro para a Escola e, mesmo antes do início do ano letivo, foi conseguido recursos através do “(...) projeto de Cr\$ 300.000,00 de sublevação a Escola Padre Azevedo, apresentado a Camara Municipal pelo Irmão José Anchieta, o qual foi vetado pelo Sr. Prefeito, cujo veto conseguiu aquele Irmão derrubar,(...)” (*Ibidem*, p.90). Com tamanho apoio conseguido ficaria mais fácil dar abertura às aulas da Escola Padre Azevedo, sem tantos problemas como houve nos anos anteriores.

Com o intuito de estreitar as relações com os órgãos públicos, é nomeada uma comissão a fim de representar a Escola em visitas feitas ao “(...) Secretario de Viação e Obras Publicas, assim como da nomeação do Sr. Valdo Lima do Vale, para o cargo de Diretor do Departamento de Educação, o qual prometeu ajudar a Escola em tudo que estiver em seu alcance.”(*Ibidem*, p.94). Atitudes como a dessa comissão facilitava no jogo político de manutenção da Escola e ajudou também na mudança do título de Escola para Instituto como vemos em ata relatada da sessão do dia 3 de março de 1961:

(...) O Respeitável Irmão Fernando Solano, Diretor da Escola Padre Azevedo, o que há sobre a Escola, havendo aquele Irmão prestado os informes necessários, inclusive haver oficiado ao Sr. Secretario de Educação e Cultura, comunicando ter sido a mesma Escola transformada em Instituto (...) (*Ibidem*, p.99).

Com todas essas mudanças o agora Instituto Padre Azevedo começa as suas atividades pedagógicas no ano de 1961 com 180 alunos matriculados. Não tivemos, como dito anteriormente, acesso a quantidade de alunos do ano de 1960, entretanto é um salto de sessenta alunos em dois anos e, como pudemos observar, essa instituição tinha seus diferenciais se comparada a outras escolas públicas, por isso o acréscimo de mais alunos deixava mais dispendiosa que uma escola gratuita como as outras.

No Instituto havia iniciado também aulas de trabalhos manuais que, pelo que se pode entender das atas analisadas, consistia em corte e costura e para uma melhor produção nessa

matéria a diretora da escola pede a um dos maçons que leve a proposta de aquisição para o plenário da loja, a que se segue:

(...) Irmão João Batista Tavares de Melo, que apela para os Irmãos contribuírem para o novo plano de trabalho da Escola do Instituto “Padre Azevedo”, atentando assim o apêlo da Diretora daquele estabelecimento a esposa do nosso estimado Irmão Fernando Solano⁷⁷, que tenciona com o aproveitamento de trabalhos manuais das Professoras e alunos a confecção de roupas para crianças etc. podendo até mesmo os Irmãos fazerem suas encomendas, havendo aquela inteligente educadora mostrado o desejo da aquisição de uma maquina de costura para o qual aguardava as providências(...) (*Ibidem*, p.106).

Ao que podemos entender por esse relato, a escola não se preocupava apenas com a parte pedagógica, mas como acontecia nas escolas – principalmente particulares – eram ensinadas “prendas”, com a intenção de preparar, em especial, as alunas também para a convivência familiar, formando “mulheres” e reforçando essa formação. Para isso, é pedido também pela professora de trabalhos manuais o seguinte: “(...) um fugão novo para a Escola, uma vez que em breve dias iremos receber a visita das autoridades Escolares (...)” (*Ibidem*, p.107) e continuando, o maçom Fernando Solano lê:

(...) os termos do ofício do Sr. Chefe do Gabinete da Prefeitura da Capital doando livros didáticos para a Escola, de acôrdo com a sua solicitação feita anteriormente, solicitando a Secretaria da Loja uma Prancha de agradecimentos ao Irmão Fenelon Pinheiro Câmara, (...) e completa (...) para agradecer a todos os Irmãos o carinho em beneficio do Instituto Padre Azevedo (...) (*Ibidem*, p.108).

O diretor escolar sabia da importância que tinha os obreiros da Loja Padre Azevedo em abraçar a causa do referido Instituto, já que boa parte da manutenção era feita com os fundos arrecadados no plenário. Como também era necessário o apoio para aprovar e dar prosseguimento com os projetos escolares.

No mesmo ano de 1961 é lançado um plano do governo federal que tinha como objetivo liberar recursos para escolas em todo país que precisassem de obras para serem concluídas, mas “(...) com a condição de apresentar Plantas de Predios simples, em estilo funcional.”

⁷⁷ O maçom Fernando Solano era à época o “Diretor Maçônico” da Escola.

(*Ibidem*, p.110). Para isso eles contavam com a ajuda do maçom João da Costa Braga que havia prometido uma planta nos moldes exigidos pelo governo. Não obstante, havia um problema, pois o Venerável Mestre da Loja Padre Azevedo e alguns maçons tinham o intento de construir acima da Escola um Templo para funcionamento das suas sessões no que diz:

(...) O Irmão Vicente Ferrer⁷⁸ falou do seu receio de ficar a Loja “Padre Azevedo” sem poder construir o seu Templo face às exigências do Sr. Presidente da Republica para a construção de Prédios Escolares em todo o País. Pois essas exigências impediam de construir o Templo no mesmo prédio da Escola.(...)(*Ibidem*, p.111).

Ao que responde a essa indagação:

(...) Em aporte o Irmão Fernando Solano, explica que isso não ocorrerá por quanto o chefe da Nação não proíbe a construção do Templo no predio da Escola, o que ele deseja é que a planta da Escola seja simples e sem obras suntuárias. (...) (*Ibidem*, p.111).

Com tais esclarecimentos prestados pelo diretor escolar Fernando Solano, é enviado então o projeto para a melhor adaptação do prédio, segundo as normas estabelecidas. E fechando os assuntos relativos à Escola naquela sessão do dia 5 de maio de 1961, o Orador da Loja destaca que a “(...) Educadora Luisete Dália, filha do nosso saudoso Irmão João Honorato, que se prontificou a ministrar aulas de trabalhos manuais no Ginásio padre Azevedo (...) requerendo um voto de louvor a essa digna preceptora⁷⁹.”(*Ibidem*, p. 111).

Nós podemos observar que existe uma ligação familiar entre algumas pessoas que fazem o Instituto Padre Azevedo e os que compõem o quadro da Loja. Com isso, essa instituição escolar, apesar de ser uma entidade pública, serve para empregabilidade de parentes dos obreiros da referida loja e, como a Maçonaria é uma instituição que mantém fortes relações sociais, apesar da sua discrição, essa prática de paternalismo com o serviço público também fez parte das suas ações, como observamos, através da diretora, e agora também dessa nova educadora, assim como já havia acontecido com a também educadora Auta de Souza, irmã de um membro da Loja.

⁷⁸ Venerável Mestre naquele momento.

⁷⁹ É interessante que esse termo preceptora apareça, já que ele era mais comumente utilizado para pessoas que fazia a educação no lar.

Um assunto que não vem à tona durante o ano de 1961 é o da confecção dos fardamentos e dos calçados dos alunos. Portanto, não fica claro se foi ou não doado esse material às crianças. Podemos inferir que, como nos anos anteriores com um número menor de alunos ocorreram diversos problemas, provavelmente com esse acréscimo e os custos de obtenção de um novo prédio, é provável que não tenham distribuído naquele ano.

Ao longo do ano as doações vão chegando ao Instituto, seja de órgãos públicos, ou mesmo de instituições privadas, ou de qualquer outro meio. As arrecadações não eram somente em recursos financeiros “(...) o Departamento de Educação mandou material no valôr de 5.000,00 cruzeiros (...)” (*Ibidem*, p.112); “(...) O Irmão Fernando Solano, informa, ainda que tentará junto á comissão do “Lyons Club” a doação de uma Bandeira Nacional para a Escola e de cortes de tecidos para distribuição entre os necessitados da Escola. (...)” (*Ibidem*, p.132) e alguns maçons também faziam as suas doações como “(...) O Irmão João Tavares fez a doação de uma maquina de costura para a Escola Padre Azevedo. (...)” (*Ibidem*, p.116).

Essas doações ajudaram o Instituto a se manter, bem como de ajudar os alunos que faziam parte de suas classes, seja com tecidos para aqueles que necessitassem de roupas, como também da máquina de costura que ajudaria na realização dos trabalhos manuais.

Ao contrário dos dois primeiros anos em que pudemos observar uma maior participação da loja nos assuntos escolares, como foi aquele caso inclusive de se interessar sobre a expulsão de um aluno, no ano de 1961 houve uma grande queda nos assuntos relativos ao Instituto que foram trazidos nas atas das sessões. Até meados do mês de maio existe uma grande participação, mas após isso só teremos uma reunião no mês de Agosto, que é a que trata da bandeira da escola e após isso, só no ano seguinte.

No ano de 1962, nas primeiras sessões do ano, a escola retoma o foco principal dos debates em Loja já que “(...) O Irmão João Tavares pediu para que se organizasse a venda de alguns imóveis nossos, para que seja construído o novo prédio do Instituto.(...)” (*Ibidem* p.150). Quando o assunto gira em torno de dinheiro fica mais suscetível a atenção dos obreiros.

Sobre o a venda dos imóveis e a aquisição de fundos:

(...) O Irmão Vicente Ferrer fez entrega de um cheque correspondente a venda do prédio deduzido das despesas respectivas que será empregado na construção do Instituto Pe Azevedo. Ainda sobre a construção de nosso Instituto, divergiram de pontos de vista os Irmãos Vicente Ferrer e João Tavares, entretanto ao final chegaram a uma conclusão. (*Ibidem*, p.157).

E na mesma reunião do dia 2 de março de 1962, outro importante assunto é arrolado dentro do Templo da Loja Padre Azevedo, alguns maçons como já foi mostrado, tinham a vontade de ampliar ainda mais o ensino do Instituto Padre Azevedo criando para isso o seu “Ginásio”. Mas feitas as devidas ponderações vejamos o que se seguiu:

(...) o Venerável na qualidade de Professor dar suas sugestões e explica da impossibilidade da criação de um Ginásio⁸⁰, em face de sua complicação na parte referente aos documentos necessários. E que sua opinião era seguir-se com o Curso primário⁸¹ ou mesmo criar-se o Curso de Admissão⁸² (...) (*Ibidem* p.158).

A Loja queria manter a sua parceria público-privada na manutenção da escola. No entanto, ao se criar um ginásio essa participação teria que aumentar ainda mais, além da preocupação com os trâmites legais que também geravam bastante transtorno. Nesse contexto, como sugestão aparece a criação de um Curso de Admissão dentro do Instituto Padre Azevedo, mas para participar de tal curso era necessário que o aluno pagasse uma taxa já que, nesse caso específico, não existia vinculação com o Estado.

Apesar de no ano de 1962 o diretor escolar não levar à Loja o número exato de alunos matriculados, entretanto, ele ressalta que “(...) o nosso Instituto Pe Azevedo já matriculou quase 200 alunos e diz (...)que chega crianças diariamente para serem matriculadas (...)” (*Ibidem* p.159). Dessa forma, percebemos uma crença da comunidade na escola e, com isso, aproximava a Maçonaria da população quebrando alguns mitos recorrentes sobre tal ordem.

⁸⁰ Equivalente ao que se chama hoje de Ensino Médio.

⁸¹ Seria equivalente hoje ao ensino fundamental, ou seja, do primeiro ao nono ano.

⁸² O curso de admissão foi criado com base no Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931 que, entre outras coisas, estabelecia em seu Artigo 18 que: “O candidato à matrícula na 1ª série de estabelecimento de ensino secundário prestará exame de admissão na segunda quinzena de fevereiro”. Esse Decreto durou até o ano de 1971. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-83133-pe.html>. Acessado em 20/08/2011.

Retornando ao assunto da construção no prédio do instituto, visando dar mais celeridade ao erguimento da citada edificação e para que toda deliberação dependesse de uma reunião da Loja – que ocorre apenas semanalmente, o que atrasaria muito as decisões – o Venerável, em conjunto com o plenário, decide criar uma:

(...) Comissão composta dos Irmãos Vicente Ferrer, para Presidente; João Tavares, Tesoureiro e Antonio Carlos, Secretario e Fiscal de Construção. Ficou ainda assegurado a dita Comissão, amplos poderes para resolver todo e qualquer assunto em pról da referida Construção. O Irmão Vicente Ferrer promete todo o seu empenho a respeito. (...) (*Ibidem*, p.160).

Mesmo com a concepção dessa comissão, alguns assuntos maiores eram levados a conhecimento da Loja, já que boa parte do dinheiro investido nesse empreendimento vem de seus recursos. Por isso na reunião seguinte, no dia 30 de março de 1962, “(...) O Irmão Vicente Ferrer volta a tratar sobre a conclusão das normas para Construção do Instituto Pe Azevedo, isto é, sua aprovação por parte da Loja (...)” (*Ibidem*, p.162), então apesar da independência alguns dos assuntos, ainda tinham que ser reportados em sessões.

Outra discussão que não tinha tomado decisão até o momento era a que tratava da construção do Templo da Loja no andar superior. Sobre esse caso vemos que:

(...) Irmão Vicente Ferrer (...) interpela o Venerável porque não devemos construir o nosso Templo, futuramente, no andar superior do nosso Instituto. O Venerável dar as suas sugestões entretanto o Irmão Ferrer diz que insistirá naquele empreendimento. (*Ibidem*, p.163).

Provavelmente com receio de perder o apoio dos órgãos públicos, caso construísse o Templo da Loja em cima do prédio do Instituto, o Venerável Mestre se mostra relutante quanto a essa empreitada. Entretanto, o maçom Vicente Ferrer que presidia a comissão de construção do prédio diz que irá persistir nessa empreitada.

Começam a surgir relatos de descaso dentro do Instituto Padre Azevedo relacionados à merenda escolar, e o assunto é colocado em apreciação na reunião da Loja em que o maçom João Tavares descreve que:

(...) foi procurado pela Sr^a Rita Gadelha, Assessora da Merenda Escolar, e que a mesma adiantou-lhe que ia retirar alguns apetrechos de nossa Escola, visto que aquela Escola havia recusado a merenda fornecidas aos alunos. (...) informa o Irmão Francisco Souza Filho, que ficou triste ao ouvir falar que o leite da Escola estava apodrecendo e que as aulas ali estavam sendo encerradas antes das 10.30 hs. (...) O Irmão João Tavares, em face dos esclarecimentos do Irmão Fernando Solano, oferece a quantia de Cr\$ 1.00,00, para compra de açúcar, do leite das crianças daquela Escola. (...) (*Ibidem*, p.167).

Pelo o que foi descrito pelo secretario na citada ata, mostra que as doações dadas através do Departamento de Educação seriam retiradas caso persistissem os problemas gerados naquele momento, como a escassez de complementos para o leite dos alunos. Assim, podemos observar que não bastava a vontade de alguns, mas que se toda a Loja não estivesse comprometida o Instituto cairia no descaso, como outras escolas gratuitas.

E, mesmo com o ônus gerado pela construção do novo prédio, não era admissível que uma situação como essa acontecesse. Por isso:

Comunica o Irmão João Tavares que com a quantia de Cr\$ 1.750,00, que lhe foi confiada, na ultima sessão, comprou para nossa Escola Tody, Açúcar, etc, etc. e adianta que a esposa de nosso Irmão Solano tinha razão, pois a cozinha da Escola do jeito que estava, não se podia fazer o leite para as crianças, dado suas péssimas condições, inclusive higiênica. O Irmão Vicente Ferrer com os próprios trabalhadores da construção mandou melhorar a condição da cozinha do prédio velho da Escola. (...) (*Ibidem*, p.168).

Vale ressaltar que apesar de estar em vias de construção, a cozinha da escola não deveria estar nas condições anteriormente citadas pelo maçom. Com isso, foi necessário que os órgãos de fiscalização ameaçassem, para que providências fossem tomadas. Vale ressaltar que os problemas não eram apenas estruturais, mas também higiênicos e de falta de mantimentos para uma alimentação digna para as crianças.

As crianças da Escola decidem ajudar na construção e conseguem “(...) para ajudar nossa construção a quantia de Cr\$ 6.750,00 (...)” (*Ibidem*, p.170). Observamos, portanto, que esse projeto foi encampado também pelas pessoas que faziam o cotidiano escolar e não somente pelos maçons que faziam parte da Loja Padre Azevedo. E isso fez com que “(...) o

Irmão Vicente Ferrer (...) ficou bastante entusiasmado com a atitude das crianças (...)” (*Ibidem*, p.170).

Para o bom andamento dos trabalhos do Instituto, os membros da Loja sempre que podiam levavam sugestões com essa finalidade, e um exemplo disso ocorre na reunião do dia 13 de julho de 1962 que relata:

(...) O Venerável propõe ao plenário a compra de um mimeografo, adiantando que o Irmão Leopoldo informou que possui um, moderno, funcionando a alcool, e que vende por Cr\$ 47.360,00, juntamente com o respectivo material, sendo Cr\$ 20.000,00, que será pago à vista, e o restante em prestação mensal de Cr\$ 3.000,00 , que será pago no Banco, em nome do vendedor, isto é, transferido para nossa responsabilidade. (...) (*Ibidem*, p.175).

Aqui notamos essa preocupação em dar boas condições – sempre que possível – aos alunos, tentando sempre obter novos materiais, sejam eles administrativos ou pedagógicos, como ressaltamos alguns exemplos até aqui.

Em uma das reuniões da Loja surge a proposição de que “(...) todo e qualquer assunto ligado a nossa Escola será tratado na 1ª Sessão de cada mês.(...)”(*Ibidem* p.178). Essa conjectura nasce após mais uma interpelação do Venerável Mestre que diz “(...) que nossa Escola é autônoma e pode resolver todos os seus casos independente da Loja.” (*Ibidem*, p.178), mas apesar de ser reiterado pelo Venerável que a Escola é autônoma, alguns assuntos eram recorrentes para ser resolvidos no plenário da Loja.

O ano de 1962 era ano de mudança na direção Escolar e, sobre esse assunto, a Loja Padre Azevedo deliberou o seguinte:

(...) Foram eleitos por aclamação para Diretor Escolar, tesoureiro e Secretario, respectivamente os Irmãos Fernando Solano da Silva, Antonio Carlos Cavalcante Filho e José Cabral Ferreira, sendo que o Irmão Fernando Solano declinou do cargo em favor do Irmão José Alves Costa e este dado os seus grandes afazeres, em favor do Irmão Antonio C. C. Filho, quando então foi interferido pelo Venerável fazendo ver ao Irmão Solano a necessidade do mesmo continuar a frente da Direção de nossa Escola. O Irmão Solano atendeu o apelo do Venerável agradecendo a confiança que lhe foi dispensada. (*Ibidem*, p.179).

O maçom Fernando Solano é reconduzido ao cargo de diretor escolar e, da sua gestão anterior, muda apenas o secretário, pois sai Napoleão Crispim e entra José Cabral Ferreira. Com isso os trabalhos que vinham sendo realizados poderiam ser continuados. Observa-se também a relutância dos obreiros, da citada Loja, em aceitar essas responsabilidades.

Com a proximidade da finalização dos trabalhos de construção do prédio, já começam a especular: “(...) diz o Venerável que o prédio da Escola já está coberto e que muito próximo vai haver um curso de corte e costura.(...)” (*Ibidem*, p.180). Notamos a vontade de dar celeridade ao uso do prédio que estava em vias de finalização. Entretanto, não existem maiores informações sobre este curso, ou seja, se ele era voltado apenas para os alunos do Instituto, ou se, como o curso de admissão, era algo a parte da escola. Confirmando o anúncio anterior, “(...) diz o Venerável que o novo prédio apesar de deficiente, já está funcionando, inclusive a aula de corte e costura.(...)”(*Ibidem*, p.182).

E como havia sido acordado, toda primeira reunião do mês eram colocados assuntos referentes a escola para conhecimento da Loja. Na reunião do dia 5 de novembro de 1962 surgem as seguintes informações:

(...) Diz ainda o Venerável que recebeu da Madame Drault Ernane a máquina de Costura prometida. (...) Esclarece ainda o Venerável que os trabalhos de construção de nossa Escola já foram recomeçados e que já estão sendo feitos os serviços de saneamento. Em fevereiro /63 de qualquer forma e de um modo melhor as aulas já serão dadas no novo prédio. (...) (*Ibidem*, 183).

Mais uma máquina de costura foi obtida para que a escola mantivesse as suas aulas de corte e costura. Portanto, ao que se percebe, já eram ministradas no novo prédio. Entretanto, as aulas só funcionariam na sua totalidade no ano seguinte. E, completando o ano, na reunião do dia 7 de dezembro “(...) Disse ainda o Venerável Vicente Ferrer, que continuará trabalhando para que no próximo ano letivo os meninos possam receber melhores benefícios. (...).”(*Ibidem*, p.185). Nota-se que, apesar das muitas benfeitorias e aquisições, essas benfeitorias ficaram aquém dos anos anteriores.

Iniciando os trabalhos do ano de 1963, em sua primeira reunião “(...) Se referindo a construção de nossa Escola disse o Venerável Vicente Ferrer, que a mesma tem recebido do Gov. do Estado grandes benefícios por intermédio do nosso Irmão Robson.(...)” (*Ibidem*,

p.189). As ligações entre a Maçonaria e o Estado facilitaram esse tipo de captação de recursos, em especial um tão grande como o de erigir um prédio. Para aquele exercício foi aprovado que a contribuição dos maçons para o Instituto passaria de Cr\$ 30,00 para Cr\$ 50,00 e que seriam incluídos como parte da mensalidade.

Outra forma de angariar fundos para a Escola foi a “(...) criação do curso particular no horário da tarde, que já conta com 18 alunos a razão de Cr\$ 300,00 mensais.” (*Ibidem* p.194). Apesar de não explicar que curso particular era esse, podemos deduzir, pelo visto até o momento, que deve ser o Curso de Admissão, mas não sabemos se entra nessas contas o Curso de Corte e Costura, pois o texto não nos dá explicações detalhadas.

Pelo que foi visto anteriormente, esse segundo curso faria parte da disciplina de trabalhos manuais disponível na Escola e que, ao longo dos anos, recebeu algumas doações a fim de que pudesse seus trabalhos ser mais bem realizados. Portanto, não havia possibilidade dele arrecadar mensalidades, o máximo seria arrecadar com a venda do material produzido durante as aulas.

E ainda no ano de 1963, o último relato sobre o Instituto, daquele ano nas atas da Loja, foi uma sugestão para as salas de aula como observamos no seguinte relato:

(...) O Irmão Antonio C. C. Filho requereu que as salas de nossa Escola a ser inaugurada no próximo domingo, fosse homenageada com o nome de nosso Irmão Robson Duarte Spinola e Gov. Pedro M. Gondim, em virtude dos mesmos muito já terem contribuído para aquele Instituto. Apreciado pelo plenário foi por unanimidade aprovado. (*Ibidem*, p.200).

Com atitudes como essa a Loja conseguia agradar aos seus benfeitores que muito haviam ajudado com doações de materiais, bem como na arrecadação de recursos para o bom andamento dos trabalhos escolares. É perceptível, portanto, que os assuntos relacionados ao Instituto fossem escasseando e, com isso, os diretores da escola tenderiam a ter mais liberdade, transformando-a realmente em uma instituição autônoma.

Nada mais foi relatado durante aquele ano e, no seguinte, nós tivemos apenas a discussão sobre a nova taxa de mensalidade que seria cobrada pela Loja que, como já vimos, uma parte era destinada para o Instituto. Assim, a proposição que surgiu foi:

(...) O Irmão João Tavares lançou uma proposta de Cr\$ 500,00 para a mensalidade e igual importância para a taxa escolar da Padre Azevedo. O Irmão Eslú falou que era justo a mensalidade de Cr\$ 1.000,00. O irmão Antonio Caitano usou da palavra e disse que o remido não deveria ter obrigação de pagar taxas e sim ajudar voluntariamente. (...) (LOJA PADRE AZEVEDO, Livro de Atas 1, 1964, p.11).

Todavia essa sugestão não foi aprovada pelo plenário da Loja e ficou para ser decidida na reunião seguinte os rumos dessa mudança, no que ficou acertado que:

(...) falou o Venerável sobre a proposição do aumento das mensalidades que na ultima sessão foi discutida. Ouvido novamente o plenário, ficou aprovada a mensalidade de Cr\$ 500,00 e a taxa escolar de Cr\$ 300,00, ficando a referida taxa facultativa para os remidos. Logo depois, o Irmão João Tavares autorizou o Tesoureiro da Loja a extrair o recibo de Cr\$ 500,00 mensais para ele, apesar de ser remido, isto é, para a taxa escolar. (...) (*Ibidem*, p.14).

Ao observarmos essas colocações feitas em Loja percebemos o quanto alguns dos membros eram comprometidos com a causa educacional, pois como o caso acima do maçom que não tinha obrigação pecuniária, mas mesmo assim decide por pagar a taxa anteriormente sugerida.

É perceptível ao longo dos trabalhos com as atas da Loja que quando o assunto era a antiga Escola, no momento o Instituto Padre Azevedo, os nomes dos maçons envolvidos eram basicamente os mesmos, ou seja, aqueles que realmente tomaram as rédeas e dirigiram esse empreendimento da Loja Padre Azevedo.

Um ponto crucial no funcionamento da Escola no período estudado, é a sua ligação entre o público e o privado, que não fica claro nas atas, onde começam as contribuições públicas e onde terminam as contribuições privadas, existe um enlace entre essas duas realidades ao longo das atas relatadas. Ora recebendo doações, incentivos e material humano do Estado e em outros momentos recorrendo ao comércio da capital para ajudar na manutenção da Escola.

Apesar das dificuldades existentes a Escola se mantém funcionando desde 1958 até o momento mostrando, com isso, que sempre existiram maçons que defenderam e defendem a causa da educação.

“ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS”⁸³”

Quando tivemos a pretensão de trabalhar a relação entre a Maçonaria e a Educação o primeiro desafio enfrentado foi a ausência de trabalhos semelhantes que pudessem nos auxiliar na caminhada da pesquisa. O segundo desafio foi o fato de pertencer à Maçonaria e tratar de temas relacionados ao universo no qual estamos imersos.

Procuramos ampliar o debate e instigar a abertura desse tema para estimular, inclusive, outros pesquisadores a fim de que estudos sobre Maçonaria não sejam feitos apenas por pessoas ligadas à instituição. Além disso, o trabalho presentemente apresentado mostra uma pequena parcela de um universo imenso que é a Maçonaria. A história da escola do Padre Azevedo certamente não se esgota com nossa pesquisa e, pelo que pudemos perceber, ainda merece outras abordagens documentais.

A proposta do trabalho não foi a de ministrar explicações sobre Maçonaria, ou seja, a sua finalidade, ou seus ritos, mas a de analisar quais foram as articulações da Ordem em torno das questões educacionais. A perspectiva foi a de compreender as ações da Maçonaria como uma rede de sociabilidade, já que a Maçonaria é uma ordem que está fortemente ligada com várias camadas da sociedade conforme as perspectivas já mencionadas no texto e tratadas por Mansur Barata (1999).

Procuramos familiarizar o leitor com as palavras utilizadas no universo da Maçonaria, explicar um pouco da sua história desde a sua normatização na Inglaterra até a sua chegada no Brasil com o objetivo precípuo de entendermos como se davam as inserções dos maçons cultural e socialmente por meio de suas proposições perante à educação.

Desta forma, trouxemos uma parte das propostas para as reformas educacionais formuladas por Rui Barbosa indicando, com isso, possíveis articulações com o pensamento maçônico sobre a educação do século XIX, reconhecendo que o universo cultural, político e social em questão tinha forte apelo das idéias liberais que, nas formulações de Rui Barbosa, aparecem inclusive quando ele pensava e propunha o caminho da educação voltado para a preparação associada ao mundo do trabalho como “destino único” para aqueles que pertenciam as camadas menos abastadas da população e que aumentavam consideravelmente nas cidades brasileiras do final do século XIX e início do século XX.

⁸³ Quando o Venerável Mestre em Loja determina o “encerramento dos trabalhos” é o momento em que se prepara para a ritualística de finalização de sessões maçônicas.

Apesar de no momento da proposição de suas reformas, o propositor Rui Barbosa não estava representado especificamente a Maçonaria, e sim as ideias positivistas que permeavam as discussões nos templos maçônicos do século XIX e, conseqüentemente, davam a tônica das suas propostas, isso não restringe, pelo contrário, confirma a posição firme adotada por pessoas da Ordem em favor da educação.

Na Inglaterra, como vimos ainda no primeiro capítulo, a educação mantida pela Maçonaria tinha como propósito voltar-se para os seus “clientes”, ou seja, aqueles que faziam parte da Maçonaria. No Brasil, como pudemos apreender através dos periódicos trabalhados, a Maçonaria mantinha escolas gratuitas para a população carente.

Na última parte do nosso trabalho trouxemos um pouco da história da Escola Padre Azevedo na cidade João Pessoa/PB. Tal Escola foi idealizada pela Loja que recebe o mesmo nome, e a história do seu patrono tem uma forte ligação com a educação. Apesar das dificuldades encontradas para que esse projeto fosse levado a cabo, os dirigentes da Loja persistiram e junto com todos os seus membros instalaram a Escola. Essa instituição escolar iniciou suas atividades educacionais no ano de 1957 e funciona até os dias de hoje.

A ideia inicial dos maçons era a de dar aos alunos ali matriculados um diferencial, se comparado a outras escolas públicas. Então, pensando nisso, foi decidido que a Loja faria a confecção de fardamentos e de calçados para todos os alunos da instituição.

Devido às relações de maçons com a política, boa parte das despesas da Escola era mantida a partir de subsídios conseguidos em todas as esferas do poder público. No entanto, as doações pessoais também ajudavam na manutenção daquela instituição. Durante as pesquisas identificamos outro meio de angariar fundos, que eram as aulas particulares que funcionavam nas dependências do seu prédio, como no caso do Curso de Admissão que recebeu autorização para ser ministrado no salão de aulas da Escola.

Encerramos nosso estudo no ano de 1964 no momento em que a escola tinha acabado a sua construção, e os anseios de se construir o Templo na parte de cima da Escola tomou força sendo concluído no ano seguinte, 1965.

Encerramos o presente estudo na expectativa de que o texto tenha aberto um caminho para que outras pesquisas possam ser desenvolvidas em diferentes vertentes associadas às relações entre a Maçonaria e a Educação, especialmente, na Paraíba.

FONTES

BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL, 1875 – 1879. Microfilme disponível no Acervo da Biblioteca Nacional - PR SOR 03745 [1-13].

JORNAL A ACÁCIA, Porto Alegre; 1876. Microfilme disponível no Acervo da Biblioteca Nacional PR SOR 03875 [1].

JORNAL A FAMÍLIA MAÇÔNICA, Rio de Janeiro; 1875-1881. Microfilme disponível no Acervo da Biblioteca Nacional - PR-SOR 03820.

JORNAL A FRATERNIDADE, Fortaleza; 1875. Microfilme disponível no Acervo da Biblioteca Nacional PR SOR 00107 [1]; PR SOR 02919 [1].

JORNAL A LUZ, Penedo; 1903. Microfilme disponível no Acervo da Biblioteca Nacional PR SOR 2567-2704.

LOJA MAÇÔNICA PADRE AZEVEDO, **Livro de atas número 13 (Grau de Aprendiz)**. 1958,1959.

_____. **Livro de atas número 14 (Grau de Aprendiz)**. 1960, 1961, 1962, 1963.

_____. **Livro de atas número 15 (Grau de Aprendiz)**. 1964.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino secundário e superior**. Obras completas. Vol. IX, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942.

_____. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública**. Obras completas. Vol. X, tomo I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e Sombras: a Ação da Maçonaria Brasileira (1870-1910)**, Unicamp, Campinas, 1999.

BOTO, Carlota. **A escola primária como tema do debate político às vésperas da República**. Revista Brasileira de História. V. 19, nº. 38, São Paulo, 1999.

BOUCHER, Jules. **A simbólica Maçônica: Segundo as regras da simbólica esotérica e tradicional**. São Paulo, Editora Pensamento, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: EDUSP, 1992.

CABRAL, Eurico Jorge Campelo. **O Liberalismo em Pernambuco: as Metamorfoses Políticas de uma época (1800-1825)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós graduação em História. 2008

CARVALHO, Renato Gil Gomes. Cultura global e contextos locais: a escola como instituição possuidora de cultura própria. **Revista ibero americana de educação**, sd. 1999.

CASTANHO, Sérgio. Institucionalização das Instituições Escolares: Final do Império e primeira República no Brasil. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson ...[et al.], (orgs) **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Editora Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

COSTA, Leidiane Camargo da. **Maçonaria e Mulher: Luzes e Sombras**. Goiás: FECHA, 2005. (Monografia).

COWBURN, Lorna. **Polished Cornestones – A History of the Royal Masonic School for Girls. 1788 – 2000**; Leicester; Raithby, Lawrence & Company Ltd. 2001.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009.

FERREIRA, Márcia Santos. **Os centros de Pesquisas Educacionais do INEP e os estudos em ciências sociais sobre a educação no Brasil**. UFMT; 2008. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/07.pdf>. Acessado em 12/07/2011.

FILHO, José Carlos de Araújo Almeida. **Maçonaria Mística**. Editora Copymarket, 2001.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Tradução por Roberto Machado. Lisboa: Livraria Martins Fontes: Portugal Editora, 1967.

GOMES, M.. **A Maçonaria na História do Brasil**. Rio de Janeiro, Editoria Aurora, 1975.

HANDFIELD, Jones R.M.. **The History of Royal Masonic Institution for Girls 1788 – 1966**. London; Hepworth & Co. 1966.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução: Marcos Santarrita. 2ª. ed., São Paulo: Cia das Letras, 1996.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista brasileira de história da educação**. Tradução por Gizele de Souza. Campinas – São Paulo, Editora Autores Associados, 2001.

JULLIET, Sabrina. A Scottish-Style Universal Church? The Attempts at Religious Reconciliation of John Durie in Christendom, 1610-1653. **Cambridge Scholars Publishing, 2008**.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

_____. **A História Nova**. Lisboa: Martins Fontes, 1990.

_____. **São Luís** – Biografia. Tradução Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, ANO.

LYNCH, Christian Edward Ciril. A primeira encruzilhada da democracia brasileira: os casos de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 16, supl. 0 Curitiba, 2008.

MACHADO, Charliton José dos Santos. **Mulher e Educação**: História práticas e representações. João Pessoa, Editora Universitária UFPB, 2006.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **O projeto de Rui Barbosa**: O papel da Educação na Modernização da Sociedade. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/FCRB_MariaCristina_Projeto_RuiBarbosa.pdf>. Acessado em 09/09/2010.

MAGALHÃES, Justino. **A construção de um objecto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto** – a investigação em história das instituições educativas. Unisinos, 2007.

MARTINS, Eduardo. **Padre Azevedo**: Sua vida/ Seus inventos. João Pessoa: Editora A União. 1983.

MICHEL, Iván Herrera, **Historia de La Masonería**. Traduzido por Maurício de O. Kropidlofsky. Edição virtual, Janeiro 2007.

MOREIRA, Ziéde C. Herança Medieval. In. **Nossa História**. Rio de Janeiro, RJ: Vera Cruz, Editada com o Conselho de Pesquisa da Biblioteca Nacional, ano 2, nº 20, jun. 2005, p.16-17

NABUCO, Joaquim Aurélio Barreto de Araújo, **Minha Formação**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

_____. **O abolicionismo**, São Paulo: Editora Vozes, 2000.

_____. **Porque continuo a ser monarchista**. 1890.

_____. **Minha Formação**. 1895.

NASCIMENTO, Terezinha A. Quaiotti Ribeiro do. **Pedagogia Liberal modernizadora**. São Paulo, Autores Associados, 1997.

OLIVEIRA, Aderaldo Pereira de. **Folhas de Acácia**. João Pessoa, 1995.

PAINE, Thomas. **Free-masonry origins**. New York, Elliot and Crissy, 1810.

PALOU, Jean. **A Franco-Maçonaria Simbólica e Iniciática**, Ed. Pensamento, tradução do francês, edição de 1964, São Paulo, p. 33.

SANTOS, João Bento dos. **A Maçonaria na História**. Recife: Ed. Companhia Editora de Pernambuco, 1983.

SAVIANI, Demerval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson ...[et al.], (orgs) **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica** – Campinas, SP: Editora Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. ed 4. **A pesquisa em Historia**. São Paulo: Ática, 2002.

ZIMMERMAN, Augusto. Rui Barbosa, o “águia de Haia”: Um breve estudo em homenagem de sua participação na segunda conferência de paz em Haia. 2007. Disponível em www.achegas.net/numero/33/augzimmermann_33.pdf acessado em: 20/10/2011

ZOURNEK, Jiří; NOVOTNÝ, PETR ...[et al]. Em busca de um conceito de Cultura Escolar: uma contribuição para as discussões actuais. **Revista Lusófana de Educação**. 2007, 10, pp-63-79.

APÊNDICES

Apêndice I

Local onde fica localizada a Loja e a Escola Padre Azevedo - Avenida Vasco da Gama, 909. A Escola funciona no pavimento térreo nos turnos da manhã e tarde, com o ensino fundamental até o nono ano. Na parte superior fica o Templo da Loja Padre Azevedo.



Fonte: Acervo do autor - agosto/2011.

Apêndice II

A casa de número 266 na Rua Coelho Lisboa, em Jaguaribe (cerca de 50 metros do prédio atual), local onde funcionou a Escola Padre Azevedo entre os anos de 1958 e 1963. Na época de funcionamento da Escola, ela agregou também a casa verde que está ao lado direito da fotografia.



Fonte: Acervo do Autor - agosto/2011.